

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

[COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE](#)
[CMSB - CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO](#)
[CONSELHO GESTOR APA SERRA DONA FRANCISCA](#)
[CONSELHO DELIBERATIVO RDS ILHA DO MORRO DO AMARAL](#)

A Presidência do **COMDEMA** Conselho Municipal de Meio Ambiente, faz saber: Com **35 anos** de atuação, o COMDEMA ([Criação: Decreto 6.652, de 14 de Outubro de 1991](#)), constitui colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo do SISMMAM Sistema Municipal de Meio Ambiente ([Lei Ordinária 5.712, de 19 de dezembro de 2006](#)), organizado para cumprimento de suas competências legais, conforme Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)), e suas atualizações, e, conforme o Código Municipal de Meio Ambiente, ([Lei Complementar 29, de 14 de junho de 1996](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: sama.uac@joinville.sc.gov.br

A Presidência do **CMSB** Conselho Municipal de Saneamento Básico, faz saber: Com **13 anos** de atuação, o CMSB constitui colegiado autônomo, de caráter deliberativo na gestão do Fundo Municipal de Saneamento Básico e consultivo nas demais hipóteses da Política Municipal de Saneamento Básico de Joinville ([Lei Complementar 396, de 19 de dezembro de 2013](#)), organizado para cumprimento de suas competências legais conforme Consolidação do [PMSB Plano Municipal de Saneamento Básico](#), seu Regimento Interno ([Decreto Nº 70.647, de 03 de fevereiro de 2026](#)), e suas atualizações. As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: sama.uac@joinville.sc.gov.br

A Presidência do Conselho Gestor da **APA** Serra Dona Francisca, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC ([Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000](#)), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Área de Proteção Ambiental APA Serra Dona Francisca por suas características naturais relevantes, foi instituída pelo ([Decreto 8.055, de 15 de março de 1997](#)). Com **21 anos** de atuação, o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental APA Serra Dona Francisca, foi criado pelo ([Decreto 12.423, de 01 de junho de 2005](#)), e suas alterações, tendo função de deliberar a respeito da administração dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno, ([Decreto nº 62.982, de 25 de outubro de 2024](#)), e suas alterações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), aprovado pelo ([Decreto nº 71.321, de 16 de março de 2026](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: sama.uac@joinville.sc.gov.br

A Presidência do Conselho Deliberativo **RDS** Ilha do Morro do Amaral, faz saber: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação SNUC ([Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000](#)), dispõe sobre os critérios de criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Ilha do Morro do Amaral por suas características naturais e culturais relevantes, foi recategorizada pela ([Lei 7.208, de 12 de abril de 2012](#)). Com **13 anos** de atuação, o Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável RDS Ilha do Morro do Amaral, tem a função de deliberar a respeito da administração

dessa Unidade de Conservação, conforme seu Regimento Interno ([Decreto 53.960, de 21 de março de 2023](#)), e suas atualizações, e, por intermédio de seu [Plano de Manejo](#), homologado pelo ([Decreto 60.322, de 10 de junho de 2024](#)). As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: sama.uac@joinville.sc.gov.br

Ata Conjunta da Sessão Plenária Ordinária do COMDEMA Conselho Municipal do Meio Ambiente; do CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico; do Conselho Gestor APA Serra Dona Francisca; e, do Conselho Deliberativo RDS Ilha do Morro do Amaral, realizada em alusão à programação "Junho Verde", (Lei Municipal Nº 9.900, de 18 de agosto de 2025), no dia 03/06/2026.

No terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se conjuntamente o COMDEMA Conselho Municipal do Meio Ambiente; o CMSB Conselho Municipal de Saneamento Básico; o Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; e, o Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, em Sessão Plenária Ordinária, presencial, realizada no Salão Nobre da ACIJ, sito à Rua Aluísio Pires Condeixa, 2550 - Saguaiçu, Joinville, Estado de Santa Catarina, com Cerimônia de Abertura em alusão à programação "Junho Verde".

Estiveram presentes as seguintes Equipes e Integrantes do **COMDEMA**, mandato de 01/03/2025 à 28/02/2027, conforme [Decreto 64.409, de 7 de janeiro de 2025](#) e suas atualizações: Rejane Gambin, Prefeita da Joinville; Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente; Emanuele de Almeida, Felipe Romer Batista, Osmar Leon Silivi Junior, da SEHAB; Magda Franco, Sarah Sabrina Leal Francisco, Andreia Braun, Pryscilla Menarin Dzazio, Felipe Alberton de Oliveira, Dalton Pascuo, da SAMA; Helena Dausacker da Cunha Skrosk, Pedro Toledo Alacon, Cláudia Rocha, Daiane Paul Nunes, Maryelin Sacardo Souza, Vinicius Vogt Dotto, da CAJ; Luís Rogério Pupo Gonçalves, Larissa Rodrigues Brouco, Adilson Gorniack, da SEPUR; Marília Gasperin dos Santos, Eliane de Jesus Santos, João Paulo Guilherme dos Reis, e, Jonas Pykocz, da SEINFRA; Luísa Helena Jordan, do OSB; Rosângela Moser, da SECULT; Fábio Elling Schaden, e, Dieter Klostermann, da AEA Babitonga; Priscila De Lima Watanabe Quandt, do SECOVI; Marcele Figueiredo Andrade de Luca, Rafael Ribeiro, da SAP; Amílcar Nicolau Pelaez, do SINDSERRARIA; Danielle Perez Alvarez, da AJORPEME; Eder Corbari, do CREA; Júlia Turrek de Santana, da ACIJ; José Mário Gomes Ribeiro, Elaine Cristine Scheunemann Fischer, do CHBB; Cristina Jandrey Silva, da ADUNORTE; Leonice Pries Schulz, da SAS; Samir Alexandre Rocha, Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Marta Beatriz Maccarini, Karina Bianca Christ, do IMA; Aldo Borges, do ROTARY; Renan Gonçalves de Oliveira, do SINDUSCON; Luciano Henrique Pinto, Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE; Fábio Sölter, da OAB; Francisco Ricardo Klein, do CEAJ; Virginia Grace Barros, da UDESC; James Schroeder, Josimar Neumann, da SDE; Bruno Berreta, da PMA, e, Antônio Edval, Norberto Chaves, Giampaolo Barbosa Marchesini, da SEPROT.

Estiveram Presentes as seguintes Equipes e Integrantes do **CMSB**, mandato de 01/02/2026 à 31/01/2028, conforme [Decreto 70.544, de 27 de janeiro de 2026](#), e suas atualizações: Rejane Gambin, Prefeita da Joinville; Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico; Cristina Soares Carvalho, da SEGOV; Luciano Henrique Pinto, Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE; Emanuele de Almeida, Felipe Romer Batista, Osmar Leon Silivi Junior, da SEHAB; Magda Franco, Sarah Sabrina Leal Francisco, Andreia Braun, Pryscilla Menarin Dzazio, Felipe Alberton de Oliveira, Dalton Pascuo, da SAMA; Luís Rogério Pupo Gonçalves, Larissa Rodrigues Brouco, Adilson Gorniack, da SEPUR; Marília Gasperin dos Santos, Eliane de Jesus Santos, João Paulo Guilherme dos Reis, e, Jonas Pykocz, da SEINFRA; Luísa Helena Jordan, do OSB; Marcele Figueiredo Andrade de Luca, Rafael Ribeiro, da SAP; Éder Corbari, do CREA; José Mário Gomes Ribeiro, Elaine Cristine Scheunemann Fischer, Virginia Grace Barros, do CHBB; Helena Dausacker da Cunha Skrosk, Pedro Toledo Alacon, Cláudia Rocha, Daiane Paul Nunes, da CAJ; Aldo Borges, do ROTARY; Renan Gonçalves de Oliveira, do SINDUSCON; Karoline Pignat Cappelari, da AMBIENTAL; e, Júlia Turrek de Santana, da ACIJ.

Estiveram Presentes as seguintes Equipes e Integrantes do Conselho Gestor da **APA Serra Dona Francisca**, mandato de 01/01/2026 à 31/12/2027, conforme [Decreto nº 70.060, de 16 de dezembro de 2025](#), e suas atualizações: Rejane Gambin, Prefeita da Joinville; Fábio João Jovita, Presidente do Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca; Emanuele de Almeida, Felipe Romer Batista, Osmar Leon Silivi Junior, da SEHAB; Magda Franco, Sarah Sabrina Leal Francisco, Andreia Braun, Pryscilla Menarin Dzazio, Felipe Alberton de Oliveira, Dalton Pascuo, da SAMA; Marcelino Hurmus, da EPAGRI; Luís Rogério Pupo Gonçalves, Larissa Rodrigues Brouco, Adilson Gorniack, da SEPUR; Marília Gasperin dos Santos, Eliane de Jesus Santos, João Paulo Guilherme dos Reis, e, Jonas Pykocz, da SEINFRA; Rosângela Moser, da SECULT; Fábio Elling Schaden, e, Dieter Klostermann, da AEA Babitonga; Júlia Turrek de Santana, da OAB; José Mário Gomes Ribeiro, Elaine Cristine Scheunemann Fischer, do CHBB; Leonice Pries Schulz, da SAS; Samir Alexandre Rocha, Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Marta Beatriz Maccarini, Karina Bianca Christ, do IMA; Helena Dausacker da Cunha Skrosk, Pedro Toledo Alacon, Cláudia Rocha, Daiane Paul Nunes, da CAJ; James Schroeder, Josimar Neumann, da SDE; Bruno Berreta, da PMA, Ademir Sgrott, da AJM, Alcides Bergmann, da AJAq, Antônio Edval, Norberto Chaves, e, Giampaolo Barbosa Marchesini, da SEPROT.

Estiveram Presentes as seguintes Equipes e Integrantes do Conselho Deliberativo da **RDS Ilha do Morro do Amaral**, mandato de 15/01/2025 à 14/01/2027, conforme Decreto 63.226, de 14 de Novembro de 2024 e suas atualizações: Rejane Gambin, Prefeita da Joinville; Fábio João Jovita, Secretário Municipal do Meio Ambiente; Magda Cristina Villanueva Franco, Presidente do Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral; Emanuele de Almeida, Felipe Romer Batista, Osmar Leon Silivi Junior, da SEHAB; Sarah Sabrina Leal Francisco, Andreia Braun, Pryscilla Menarin Dzazio, Felipe Alberton de Oliveira, Dalton Pascuo, da SAMA; Rosângela Moser, da SECULT; Dirk Henning, da AMUT; José Mário Gomes Ribeiro, Elaine Cristine Scheunemann Fischer, do CHBB; Leonice Pries Schulz, da SAS; Samir Alexandre Rocha, Dalzemira Anselmo da Silva Souza, da SECULT; Helena Dausacker da Cunha Skrosk, Pedro Toledo Alacon, Cláudia Rocha, Daiane Paul Nunes, da CAJ; Luciano Henrique Pinto, Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE, e Bruno Berreta, da PMA.

Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujos nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Vereadores: Henrique Deckmann, Érico Vinicius Pereira, Neto Petters; e, Vanessa Venzke Falk. Demais Autoridades: Paulo Rogério Rigo, Secretário Municipal; Sidney Marques de Oliveira, Presidente da CAJ; Demais Participantes: Melanie Aparecida Luiz; Esthefania da Silva; Emerson Brites da Maia; Bruna Alexandre Boschini; Valquíria Maziero; Valdir Mendes; André Luiz Matiuuzzi; Yuri da Costa; Elisabete de Souza; Miriam Lindner, Daniela Muller, Danúbia Dalmora, Guilherme Augusto Hufen de Souza, Alana Novais, Débora da Rosa Cardoso, Juliana Alcântara, Niro Souza, André Trento Michels, Rodrigo José Bandeira, Ketlin Rech, Luis Gustavo Ravazolo, Sarah de Souza, Jorge Campos, Thalita Duarte, João Jorge Kola, Roseli Bergeman, Maili Schulz, Luísa Rosa Corrêa, Henrique Duarte de Oliveira, Marcelle Stahelin, Maria Fernanda Rodrigues, Cristine Lamberty, Gabriela Cristina Riesenberger, Jamil El Khaitib, Aline Vieira Ávila, Thaís Christine Ferreira, Anderson da Silva, Valmir Augusto Detzel, Ana Lígia Silva Pinto, Juliana Lima, Ana Lara Basiquetto, Janete Vargas, Zenilde, Gerson Dalmora, Marianne Hufen Salomone, Lauro Bassi, Estéffani Fontes, André Henrique Miranda, Anna Luíza Santos, Jean Oliveira, Elieser Fagundes, Angelo Roterdan, Paulo Freires, Werlen Silva, Yohan Prestes, João Casseiro, Eriek França Duarte, Willian Manuel, Vera Verck, Cleiton Schulz, Allisson Jesus, Lara Rodrigues, Sérgio José Brugnago, Alana Santos, Guilherme Pinto, Cleyton Padilha, André Luis Matiuuzzi, Francisco Marti Fagundes Barros, Juliana Serpa de Lima, Augusto Sornas Pizani, Francine Toledo, Gleize Lopes, Ana Luisa Rizzatti, Ana Carolina Parterno, Ederson de Oliveira, Marcelo Martins, Dayane Candido Bento, Guilherme Cunha, Jorge Moreno; Luciele Saragossa; Marcelo Kochen, Caroline Farias, Sissa Bertodi, Keide Rose, Diego Wallauer, André Romero, Damires Rehn, Francisco Gapski Karvat, Camila Uller, Alex Fagundes, Jacson Santos, Ailton Silva, Otávio Trever, Leandro Correa, Elissandro Cândido, Renato Pimentel, Josiel Correa, Letícia Ulandowski, Kleber Luís Pizzamiglio, José Augusto Souza Neto. Na Sessão Plenária Conjunta foram desenvolvidos os seguintes pontos, na Cerimônia de Abertura alusiva ao **"Junho Verde"**: **1)** Plantio Comemorativo de Árvore; **2)** Café de Boas Vindas; **3)** Apresentação Musical da Banda Militar do 62ºBI; **4)** Vídeo Institucional de Abertura; **5)** Cerimonial; **6)** PSA Pagamento Serviços Ambientais - Programa Águas Para Sempre (CAJ); **7)** Mesa Redonda sobre Elaboração dos Planos de Manejo; **8)** Conclusões do Secretário Municipal de Meio Ambiente; **9)** Palavra Livre / Encerramento.

1) Plantio Comemorativo de Árvore: Durante a abertura oficial do **"Junho Verde"**, realizada em 03 de junho de 2026 na Associação Empresarial de Joinville (ACIJ), a Prefeita Rejane Gambin procedeu ao plantio de uma muda de cerejinha-do-rio-grande, acompanhada do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Fábio João Jovita, Vereadores, do Presidente da ACIJ, Guilherme Bertani, e do Capitão Bruno Berreta Teixeira, comandante da Polícia Militar Ambiental. A iniciativa marcou o lançamento da Campanha **"Preserve. Isso também é Joinville"**, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a preservação ambiental e a conscientização da população quanto à importância de ações individuais para a melhoria da qualidade de vida na cidade.



2) Café de Boas Vindas: O Secretário Municipal de Meio Ambiente de Joinville, Fábio João Jovita, antes do início da Reunião Conjunta dos Conselhos COMDEMA, Conselho Gestor da APA Serra Dona Francisca, CMSB, e, Conselho Deliberativo da RDS Ilha do Morro do Amaral, cumprimentou a todos com um caloroso bom dia, convidando os presentes a servirem-se de um revigorante café da manhã no Salão Nobre da ACIJ Associação Empresarial de Joinville, com o propósito de integrar e proporcionar um momento de confraternização que antecede esta importante Reunião. Durante o *coffee-break* os Conselheiros tiveram a oportunidade de

socializar, trocar ideias, compartilhar expectativas para a reunião, e fortalecerem os laços de colaboração entre os diferentes Conselhos. O momento foi bem recebido por todos contribuindo para um clima positivo e produtivo para o início das atividades. Nada mais havendo a registrar sobre o *coffee-break*, deu-se por encerrado este relato, anexado à Ata Geral da Reunião Conjunta.



3) Apresentação Musical da Banda Militar do 62ºBI: Na Cerimônia de Abertura do “Junho Verde”, realizada durante a Reunião Plenária Conjunta dos Conselhos (COMDEMA, CMSB, APA, RDS), no Salão Nobre da Associação Empresarial de Joinville (ACIJ), a Banda de Música do 62º Batalhão de Infantaria (62º BI) de Joinville apresentou um emocionante repertório, abrilhantando o evento com composições cívicas e musicais que exaltaram os valores de preservação ambiental e patriotismo. A performance da banda militar, composta por militares do Exército Brasileiro, foi recebida com aplausos pelos presentes, contribuindo para o clima de solenidade e celebração que marcou a abertura oficial do mês dedicado à conscientização ambiental no município.



4) Vídeo Institucional de Abertura: Foi apresentado o vídeo institucional “***Preserve. Isso também é Joinville***”, produzido pela Prefeitura Municipal. O material destaca a rica biodiversidade e o compromisso da cidade com a preservação ambiental, ressaltando que Joinville possui mais de 13 mil nascentes, extensas áreas verdes com vegetação nativa preservada (cerca de 60% do território), além de significativa presença de aves, florestas e elementos da Mata Atlântica. A peça reforça a mensagem de que o desenvolvimento econômico caminha em harmonia com a natureza, convidando à conscientização e à preservação do meio ambiente como parte da identidade local, e pode ser assistido em <https://youtu.be/KNbmDpdpIB0?si=QuYx2LK4HfQZGeU>



5) Cerimonial: O Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio, da SECOM, em nome da Prefeitura Municipal de Joinville dá boas-vindas à todos os presentes no evento. Seguindo os dois trabalhos, o Cerimonialista destacou que a solenidade marcava a abertura oficial do "Junho Verde", expressando agradecimentos à banda do 62º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro pela apresentação musical realizada na abertura do evento. Na sequência, foi anunciada a presença da Prefeita de Joinville, Rejane Gambin, e do Secretário Municipal do Meio Ambiente, Fábio João Jovita. Também foi registrado agradecimentos pela presença de diversas autoridades e convidados, incluindo os Vereadores Henrique Deckman, Érico Vinícius, Neto Petters, e, Vanessa Falk. Demais representantes de órgãos municipais e de segurança, foram nominados: Sidney Marques de Oliveira Júnior, Diretor-Presidente da Companhia Águas de Joinville; Paulo Rogério Rigo, Secretário de Proteção Civil e Segurança Pública; Capitão Bruno Berreta Teixeira, Comandante da 2ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar Ambiental em Joinville; e Antônio de Val Pereira, Coordenador Regional das Regiões Norte e Nordeste da Defesa Civil de Santa Catarina. Completando a nominata de autoridades civis e de entidades parceiras, registrou-se a presença de André Romero, Diretor Executivo da AMUNESC; Marcelino Urmus, Coordenador de Políticas Públicas da Gerência Regional da EPAGRI em Joinville; Fábio Sölter, representante da Comissão de Direito Ambiental e Urbanístico da OAB de Joinville; e Ademir Sgrott, Conselheiro da APA e Representante da AJM Associação Joinvilense de Montanhismo. O cerimonial estendeu os agradecimentos aos integrantes dos Conselhos de Meio Ambiente e Saneamento Básico, das Unidades de Conservação da Área de Preservação Ambiental - APA Serra Dona Francisca, e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS da Ilha do Morro do Amaral, bem como aos Servidores Municipais e demais Cidadãos presentes. Por fim, informou que, em conformidade com o artigo 25 da Lei nº 7.335, o evento contava com a acessibilidade da Língua Brasileira de Sinais (Libras), sob a interpretação de Niro Souza. Dando continuidade ao cerimonial, foi informado que, em momento anterior ao início do evento, como ato de integração e compromisso com a sustentabilidade, a Prefeita de Joinville, Rejane Gambin, realizou o plantio simbólico de uma cerejeira-do-rio-grande, espécie frutífera nativa da Mata Atlântica. O ato marcou a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, simbolizando o compromisso coletivo com a preservação ambiental e com as futuras gerações. Na sequência, para a abertura oficial das atividades, os presentes foram convidados a assistir mais uma apresentação da Banda do 62º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, sob a regência do Tenente e Maestro Pimentel. O Cerimonialista reiterou os agradecimentos à Banda do 62º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro, sob a regência do Tenente e Maestro Pimentel. Em seguida, contextualizou que o mês de junho foi escolhido para celebrar o Meio Ambiente em virtude do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1972, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e da construção de um futuro mais sustentável. Foi destacado que, em Joinville, a data integra o calendário ambiental do município e que, desde o ano de 2024, a reunião conjunta dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente e de Saneamento Básico, juntamente com as Unidades de Conservação da APA Serra Dona Francisca e da RDS do Morro do Amaral, passou a marcar oficialmente a abertura do "Junho Verde", fortalecendo a mobilização e a participação social. Por fim, ressaltou-se que essa iniciativa foi reconhecida e consolidada por meio da Lei Municipal nº 9.600 de 2025, que instituiu oficialmente o "Junho Verde" em Joinville, ampliando as ações em prol da sustentabilidade no município. Foi ressaltado que esta edição do "Junho Verde" configurou-se como a primeira realizada no formato de agenda colaborativa, contando com a participação de cerca de 50 Entidades e uma programação composta por 129 atividades, com ações voltadas à conscientização, à educação ambiental e à preservação



dos recursos naturais. Na sequência, para expor os detalhes sobre o Junho Verde, o Cerimonialista convidou à tribuna para **Palavra do Secretário do Meio Ambiente, Fábio Jovita:** O Secretário do Meio Ambiente, Fábio Jovita iniciou seu pronunciamento cumprimentando os presentes e agradecendo a participação da Prefeita Rejane Gambin, destacando o empenho da Chefe do Executivo na defesa da pauta ambiental desde o início da gestão. O Secretário ressaltou que a Prefeita constantemente cobra ações por uma cidade mais valorizada e arborizada, apontando os benefícios do sombreamento urbano e da mitigação climática para os moradores, além do cuidado com as fiscalizações ambientais em todas as regiões do município. Em seguida, o Secretário expressou seu

agradecimento aos Secretários Paulo Rogério Rigo, e Sidney Marques de Oliveira Júnior, ressaltando o trabalho conjunto e a forte integração entre a Secretaria do Meio Ambiente, as demais Secretarias e a Companhia Águas de Joinville. Fábio Jovita salientou a sinergia nas atividades que envolvem desde o licenciamento e a fiscalização ambiental até a distribuição de água, a coordenação da política de saneamento por meio do Plano Municipal de Saneamento Básico e as operações fiscalizatórias frequentes, finalizando com um reconhecimento ao empenho das equipes envolvidas nessas ações. O Secretário Fábio Jovita também prestou homenagem ao Capitão Bruno Berreta Teixeira, Comandante da Polícia Militar Ambiental, ressaltando que, apesar de ter assumido o cargo recentemente, o Oficial já possui ampla experiência na região por sua trajetória na Polícia Militar Ambiental e no Ministério Público, demonstrando conhecimento sobre o cenário e os atores ambientais locais e sinalizando uma promissora parceria em ações futuras. Dando continuidade, o Secretário agradeceu a presença de todos os Representantes dos Conselhos e defensores de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e de uma cidade sustentável. Na sequência, estendeu seus agradecimentos e parabéns à equipe da Unidade de Gestão Ambiental, mencionando nominalmente a servidora Magda Franco pela organização dos trabalhos, e ressaltou que a iniciativa do "Junho Verde" vai

além da solenidade de abertura em curso. O Secretário Fábio Jovita explicou que o "Junho Verde" consiste em um conjunto de ações articuladas pela Secretaria do Meio Ambiente em parceria com a Sociedade Civil Organizada, englobando Empresas e Entidades privadas. Destacou que a programação abrange atividades de educação ambiental, plantios, oficinas de treinamento, palestras e debates voltados à melhoria contínua do meio ambiente, reiterando o agradecimento à equipe pelo empenho na viabilização do projeto. O Secretário expressou também seu reconhecimento à equipe da Secretaria de Comunicação (SECOM), detalhando a colaboração no desenvolvimento de ideias, na elaboração de materiais institucionais e na produção do vídeo oficial da Campanha veiculada na mídia. Mencionou que, em diálogo com o Secretário de Cultura e Turismo, Guilherme Gassenferth, foi alinhada a integração desse material audiovisual nas campanhas daquela pasta para promover o meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por fim, o Secretário renovou os agradecimentos à SECOM pelo apoio na organização, estendendo o cumprimento ao Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio pela condução do evento e ressaltando a boa relação profissional existente entre ambos. O Secretário Fábio Jovita ressaltou o caráter deliberativo e consultivo do evento por se tratar também de uma reunião conjunta de Conselhos vinculados à Secretaria de Meio Ambiente (SAMA), assinalando a participação dos integrantes do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA), da Área de Preservação Ambiental (APA) Serra Dona Francisca, do Conselho Municipal de Saneamento Básico (CMSB), e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Ilha do Morro do Amaral. O Secretário manifestou seu reconhecimento ao trabalho voluntário dos Conselheiros, destacando que a contribuição diária de cada membro é fundamental para o fortalecimento da política ambiental de Joinville. Por fim, enfatizou a relevância técnica dos Comitês e o privilégio de compartilhar os debates com o grupo, definindo as reuniões como oportunidades de constante enriquecimento cultural e técnico para a Gestão Pública Municipal. Finalizando o seu pronunciamento, o Secretário Fábio Jovita enumerou as principais metas e documentos estruturantes entregues pela pasta desde o ano de 2021, destacando a conclusão do Plano de Manejo do Parque Municipal da Caieira, o Plano de Manejo da RDS da Ilha do Morro do Amaral, a atualização do Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca, bem como a entrega do Plano Municipal de Saneamento Básico. O Secretário informou que a equipe está em fase de conclusão do processo histórico de elaboração dos Planos de Manejo do Parque Municipal do Morro do Finder, e do Parque Ecológico Morro do Iriú. Adicionalmente, mencionou a entrega do Plano Municipal de Arborização Urbana e o início dos trabalhos voltados ao Plano Municipal de Educação Ambiental, concluindo com um agradecimento e reconhecimento pelas diversas ações consolidadas pela equipe da SAMA em conjunto com os Conselhos em benefício do Município de Joinville. O Secretário Fábio Jovita destacou, ainda, a recente aprovação do novo Código Municipal do Meio Ambiente pela Câmara de Vereadores, informando que a matéria retornará para a análise das emendas pertinentes. Lembrou também que no ano anterior, foi realizada a entrega do Código de Obras do Município, ressaltando que todas essas ações estruturantes foram planejadas e trabalhadas em estreita colaboração com os Conselhos Municipais. O Secretário manifestou sua gratidão aos Conselheiros pelos serviços prestados a Joinville, desejou um excelente evento a todos os participantes e reiterou os agradecimentos à Prefeita Rejane Gambin pelo apoio e presença. Ao encerrar o pronunciamento, desejou um bom dia e um excelente feriado a todos os presentes. O Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio agradeceu ao Secretário do Meio Ambiente, Fábio Jovita pelas palavras e, em seguida,

convidou à tribuna para Palavra da Prefeita de Joinville, Rejane Gambin:

A Prefeita de Joinville, Rejane Gambin iniciou seu pronunciamento cumprimentando os Secretários, Autoridades e demais Presentes, destacando a relevância do Junho Verde. A Chefe do Executivo ressaltou que apesar da ampla difusão de discursos sobre a preservação de matas e rios, ainda há o desafio de conscientizar a população na ponta. Para ilustrar o cenário, relatou uma visita recente às obras da ponte no bairro Guanabara onde, após uma forte chuva, constatou uma grande quantidade de resíduos descartados incorretamente no rio e no manguezal, evidenciando que as mensagens de preservação ainda não atingiram a totalidade dos cidadãos. Dando continuidade, a Prefeita lamentou a persistência de



hábitos locais prejudiciais ao ecossistema urbano, como a supressão de árvores motivada por inconvenientes domésticos e a substituição de áreas gramadas por coberturas impermeáveis, classificando tais condutas como falta de consciência ambiental. Por fim, alertou sobre as consequências globais e locais das mudanças climáticas e do aquecimento do planeta, mencionando que a Administração Municipal, em conjunto com a Defesa Civil e as Forças de Segurança, já estrutura Planos de Contingência para os impactos decorrentes de fenômenos climáticos como o El Niño, cuja intensidade é agravada pelo histórico de degradação ambiental. A Prefeita Rejane Gambin expressou seu agradecimento pelo trabalho realizado por todos os Conselhos Municipais e reafirmou o compromisso do Executivo em cobrar e promover os avanços necessários para a efetiva proteção ambiental em Joinville. A Chefe do Executivo enfatizou a importância de manter os rios desimpedidos e limpos para evitar o sofrimento da população com enchentes, respeitando as determinações legais e mantendo o cuidado técnico com a preservação dos leitos fluviais. Adicionalmente, anunciou que passará a acompanhar semanalmente a equipe da servidora Magda, em conjunto com o Secretário Fábio Jovita, com a missão institucional de intensificar a arborização urbana nas ruas do município. A Prefeita justificou a urgência dessa medida apontando para as projeções climáticas do próximo verão, que indicam sensações térmicas elevadas, e apontou a preservação e o plantio de árvores como as principais ferramentas de mitigação climática. Ao reconhecer os avanços já consolidados pela SAMA, como a entrega dos Planos de Manejo, assegurou que o Poder Público atuará de forma prática para conciliar o desenvolvimento urbano com a sustentabilidade, visando manter as florestas, morros e a fauna local preservados. Por fim, a Chefe do

Executivo justificou a saída antecipada dos Vereadores Henrique Deckman, Vanessa Falk, Neto Petters, e Érico Vinícius, que precisaram se retirar para participar da Sessão Plenária do Legislativo, e encerrou seu discurso defendendo o compromisso de entregar às futuras gerações uma Cidade mais verde, saudável, feliz e acolhedora. A Prefeita Rejane Gambin encerrou seu pronunciamento reafirmando o compromisso da Administração Municipal com a pauta da sustentabilidade, destacando que o plantio simbólico da árvore representou o marco inicial de um amplo projeto de arborização a ser executado ao longo do ano. Por fim, expressou votos de um excelente evento aos Conselheiros e demais participantes, desejando que o "Junho Verde" se consolide como um período de avanços significativos para a gestão e preservação do Meio Ambiente em Joinville, despedindo-se com cumprimentos de bom dia. O Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio anunciou que a Companhia Águas de Joinville realizaria uma homenagem especial aos proprietários rurais integrantes do **Programa Águas para Sempre**, mediante a entrega simbólica dos valores referentes aos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Kleber explicou que o programa consiste em uma iniciativa que reconhece e recompensa financeiramente os proprietários de imóveis rurais que, de forma voluntária, adotam práticas focadas na conservação dos recursos hídricos, na proteção de áreas naturais e na promoção da sustentabilidade. Entre as ações incentivadas, destacou-se a preservação e recuperação de nascentes, a restauração de áreas degradadas, a formação de corredores de biodiversidade, o manejo adequado do solo e a adoção de técnicas conservacionistas na produção agrícola, medidas que colaboram diretamente para a proteção dos mananciais e a segurança hídrica regional. O Cerimonialista informou que o ato solene contemplaria o pagamento simbólico a dois produtores rurais participantes, estendendo a homenagem aos demais integrantes do Programa, que atinge o total de 19 proprietários e 27 matrículas imobiliárias cadastradas, em reconhecimento à contribuição do grupo para o desenvolvimento sustentável do município.



Na sequência, para detalhar as diretrizes e os alcances do programa Águas para Sempre, foi concedida a tribuna para **Palavra do Diretor-Presidente da Companhia Águas de Joinville, Sidney Marques de Oliveira Júnior**. O Diretor-Presidente da Companhia Águas de Joinville, Sidney Marques de Oliveira Júnior, iniciou seu pronunciamento cumprimentando a Prefeita Rejane Gambin, o Secretário Fábio Jovita, o Secretário Paulo Rogério Rigo, o Diretor Executivo André Romero, e todos os Conselheiros presentes. Antes de detalhar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o Diretor-Presidente contextualizou a atuação da Companhia, destacando que a instituição tem como propósito institucional definido o abastecimento e o saneamento de Joinville. Ele ressaltou que, no tocante à proteção dos

mananciais, o município é abastecido atualmente pelas bacias hidrográficas dos rios Cubatão e Pirai. Dando continuidade, chamou a atenção para a outra extremidade dos serviços da Companhia, correspondente ao sistema de esgotamento sanitário da cidade, mencionando a intensificação de uma campanha de conscientização sobre o tema. Em alinhamento às preocupações apresentadas pela Prefeita e pela Defesa Civil a respeito de eventuais eventos climáticos e inundações nos meses seguintes, o Diretor-Presidente alertou que as redes de esgoto sofrem impactos diretos nesses cenários. Ao final deste trecho, complementou a reflexão trazida pelo Executivo sobre a consciência ambiental, ponderando que, além das ações de plantio e preservação natural, o conceito engloba também a utilização correta e responsável da infraestrutura urbana de saneamento disposta à população. O Diretor-Presidente Sidney Marques de Oliveira Júnior ressaltou que o descarte inadequado de resíduos sólidos nas redes de esgoto — como lenços umedecidos, preservativos, roupas íntimas e papel higiênico — compromete severamente a infraestrutura de saneamento, a qual não foi projetada para receber tais materiais. Informou que a Companhia mantém em operação cerca de 180 estações elevatórias de esgoto no município, as quais passam por limpeza e vistoria constantes, ocasiões em que as equipes operacionais rotineiramente constatarem obstruções graves causadas por detritos. Sidney alertou que tal cenário prejudica o processo de tratamento e impacta diretamente a qualidade do efluente final que é lançado na Baía de Babitonga, atingindo o ecossistema marinho. Para ilustrar a extensão e a gravidade do problema da poluição difusa, o gestor citou o exemplo hipotético de grandes centros urbanos, nos quais resíduos descartados em calçadas, como bitucas de cigarro, são carregados pelo sistema de drenagem pluvial até córregos e mananciais de abastecimento. Ele corroborou os relatos trazidos pela Prefeita na reunião de Colegiado realizada no dia anterior, mencionando que a situação do lixo urbano expõe a urgência de uma mudança cultural e comportamental profunda. Diante disso, reforçou a necessidade imperiosa de se investir em ações contínuas de conscientização e educação ambiental voltadas tanto para o público escolar infantil quanto para a população adulta. Encerrando este assunto para prosseguimento dos pagamentos do PSA, que serão tratados no próximo item da pauta.

6) PSA Pagamento Serviços Ambientais - Programa Águas Para Sempre (CAJ):

O Diretor-Presidente, Sidney Marques de Oliveira Júnior tratou na sequência do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), explicando que o sistema foi implantado na Companhia há alguns anos, inspirado em iniciativas internacionais de sucesso. O Gestor pontuou que o principal foco estratégico do Programa é a proteção das nascentes e do curso d'água do Rio Cubatão a montante do ponto de captação, manancial responsável pelo abastecimento de 80% da população do município de Joinville. Sidney informou que o Projeto conta atualmente com 19 proprietários cadastrados e 27 propriedades integradas, totalizando uma área superior a três mil hectares sob monitoramento e conservação., ressaltando que o Programa não visa primordialmente a uma expressiva remuneração financeira dos participantes, configurando-se, antes, como

um Projeto de engajamento, consciência ecológica e cooperação por parte dos produtores que se comprometem voluntariamente com o bem-estar e com a segurança hídrica de toda a população da cidade.



Ao encerrar o seu pronunciamento, Sidney reafirmou a importância da homenagem solene aos participantes e devolveu a condução dos trabalhos ao Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio. O Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio solicitou que o Diretor-Presidente da Companhia Águas de Joinville, Sidney Marques de Oliveira Júnior, permanecesse à frente e convidou a Prefeita Rejane Gambin, o Secretário Paulo Rogério Rigo e o Comandante da Polícia Militar Ambiental, Capitão Bruno Perreta Teixeira, para acompanharem o ato solene de entrega dos pagamentos por serviços ambientais. Na sequência, o Cerimonialista convidou o proprietário rural Zenildo da Luz para receber, sob palmas do público presente, o pagamento simbólico no valor de R\$13.854,48, referente à sua participação voluntária nas ações de conservação dos recursos hídricos do Programa Águas para Sempre. O Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio convidou a senhora Fabiana de Araújo Hart, representante e esposa do proprietário rural Luciano Hart, para receber o pagamento simbólico no valor de R\$8.744,09, em reconhecimento à adesão do imóvel familiar às práticas conservacionistas do programa Águas para Sempre. O ato de entrega foi celebrado sob palmas dos presentes. O Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio convidou os demais proprietários rurais integrantes do Programa Águas para Sempre para receberem uma homenagem coletiva em nome dos 19 produtores e das 27 matrículas imobiliárias cadastradas na iniciativa, nominando os participantes Vitor Odir da Pajós de Arruda, Max Eugênio Lutki, Adriano Lutki, Zenildo da Luz, Leomice Piles-Schulz, Michele Lívia Machado, Luciano Hart, Alcides Bergman, Ilmar Roberto Uhler, Mauro Moeller, Milan Libre, Conrado Polz, o representante da HACASA, Marcelo Partes, Vivi Boldt, Valdir Mendes, Adriana Wachman e Thesia Mara Hart. Após a homenagem e o registro fotográfico oficial conduzido sob palmas da Plenária, os participantes foram orientados a retornar aos seus assentos, sendo informados pelo Cerimonialista de que a entrega dos certificados oficiais do programa Águas para Sempre seria realizada a todos os proprietários contemplados ao término da cerimônia, no hall de entrada da Associação Empresarial de Joinville (ACIJ).

7) Mesa Redonda sobre Elaboração dos Planos de Manejo:

O Cerimonialista Kleber Luis Pizzamiglio anunciou que, dando continuidade à programação, a Reunião Conjunta dos Conselhos Municipais seria realizada em formato de mesa-redonda, abordando o tema "Áreas Protegidas de Joinville e a Elaboração de Planos de Manejo". Foi informado que o debate contaria com a participação das empresas STCP Consultoria, Engenharia e Gerenciamento e DETZEL Gestão Ambiental, instituições responsáveis pelos estudos e trabalhos técnicos voltados à elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação do município. Na sequência, o Cerimonialista convidou a Gerente da Unidade de Gestão Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (SAMA.UGA), Magda Franco, para assumir a mediação e a condução dos trabalhos, realizando a contextualização inicial do debate. A gerente da Unidade de Gestão Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (SAMA), com a **Palavra: Magda Cristina Villanueva Franco**, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e destacando o significado especial daquele momento para os membros dos Conselhos Municipais. Na condição de Presidente do Conselho da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Ilha do Morro do Amaral, ela estendeu seus agradecimentos aos demais órgãos colegiados ali representados, definindo-os como parceiros fundamentais na elaboração e implementação das políticas públicas ambientais do município. Ao introduzir o tema "Áreas Protegidas de Joinville", Magda ressaltou sua forte ligação pessoal e profissional com o assunto. Como ilustração, compartilhou um relato recente sobre a organização de seus arquivos pessoais de estudos, artigos e anotações técnicas, mencionando ter reencontrado os registros de uma palestra ministrada por ela em 2012 com essa exata temática. A Gerente ponderou que, mesmo antes de integrar formalmente os quadros da SAMA, já se dedicava à pesquisa e à reflexão sobre a conservação territorial. Por fim, enfatizou que Joinville possui um histórico emblemático e de vanguarda no debate sobre áreas protegidas, demonstrando que a preocupação com o ordenamento e a preservação ambiental é uma constante de longa data na trajetória do município. Magda Franco contextualizou que as discussões sobre a proteção e a articulação Inter secretarial dessas áreas já ocorriam há muitos anos em Joinville, citando o histórico de debates em torno do Plano Municipal de Ambiental Integrado (PMAI). A Gerente realizou um retrospecto histórico, pontuando que, nas décadas de 1960 e 1970, a preservação dos morros locais surgiu inicialmente motivada por uma necessidade sanitária e de engenharia



para o abastecimento de água, evoluindo posteriormente para diretrizes de planejamento urbano e, a partir de então, consolidando-se como políticas públicas de conservação ambiental. A mediadora destacou que essa atuação histórica tornou Joinville uma referência nacional, uma vez que o município conseguiu manter o topo e as encostas de seus morros livres de ocupações irregulares densas, o que reduz drasticamente os índices de deslizamentos e desastres ambientais em comparação a outras regiões do país. Ela explicou que, após o processo de redemocratização do Estado brasileiro e a consequente autonomia legislativa e administrativa conferida aos municípios, essas restrições de ocupação foram incorporadas à Lei Orgânica Municipal, ficando popularmente conhecidas como a "Lei da Cota 40", marco que ela classificou como a primeira grande delimitação de área protegida instituída na cidade. Magda ressaltou que, nas décadas de 1980 e 1990, o município de Joinville já havia instituído diversos decretos para a criação de unidades de conservação, enfatizando o pioneirismo da cidade, observando que essas salvaguardas territoriais foram implementadas bem antes da promulgação da Lei Federal nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), o que demonstra o compromisso histórico do município com a qualidade ambiental e o bem-estar dos cidadãos. Dando sequência à

linha do tempo jurídica, a mediadora fez um resgate do cenário institucional brasileiro, explicando que a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi o marco que garantiu a autonomia político-administrativa aos municípios. Em decorrência desse novo arranjo federativo, a grande maioria das cidades brasileiras — incluindo Joinville — elaborou e promulgou suas respectivas Leis Orgânicas no ano de 1990, consolidando localmente os princípios de proteção ambiental e ordenamento territorial. Magda prosseguiu com o resgate histórico da legislação, lembrando que a Política Nacional do Meio Ambiente foi instituída em 1981 e, posteriormente, a Constituição Federal de 1988 ratificou esses direitos e deveres em seu artigo 225. Nesse cenário, Joinville demonstrou pioneirismo mais uma vez ao tornar-se uma das primeiras cidades do país a promulgar um Código Municipal de Meio Ambiente, no ano de 1996. Ressaltou que esse arcabouço normativo não foi fruto exclusivo do poder público, destacando a atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), que foi criado antes mesmo do próprio Código e trabalhou ativamente na sua elaboração. Ao saudar o Conselheiro João Paulo de Souza Neto, ela apontou que, no ano vigente, o COMDEMA celebra 35 anos de história, enquanto o Código Municipal atinge o marco de 30 anos. Por fim, explicou a evolução institucional da pasta, detalhando que, após o código de 1996, o município instituiu formalmente a sua Política Municipal de Meio Ambiente no ano de 2006, estruturada nos moldes da diretriz nacional. Magda Franco destacou que, emblematicamente, o ano de 2026 marca a revisão do Código Municipal de Meio Ambiente, ocorrendo exatamente trinta anos após a primeira versão. Ela compartilhou que acompanhava esse processo desde que ingressou na SAMA, em 2015, quando recebeu a missão de atualizar a normativa, ressaltando o longo período de trabalho técnico e dedicação despendido na proposta. O grande diferencial dessa revisão, segundo Magda foi a unificação do Código com a Política Municipal de Meio Ambiente em um único instrumento jurídico. Ela pontuou que a dispersão de leis e regulamentos é um dos principais desafios para quem atua na área ambiental, e que essa consolidação atende a uma premissa frequentemente defendida pelo Secretário Fábio Jovita: a desburocratização. Por fim, explicou que a centralização normativa facilitará a consulta e trará maior segurança jurídica aos cidadãos e profissionais do setor, ressaltando que, embora alguns pontos ainda demandem regulamentação posterior via Decretos, o município passará a contar com uma base legal integrada e simplificada. Magda destacou o Código Municipal de Meio Ambiente no contexto das áreas protegidas, ressaltando a robustez da política pública ambiental brasileira. Ela realizou um retrospecto sobre o Código Florestal Brasileiro, pontuando que o marco normativo teve origem em 1934, passou por uma reformulação profunda em 1965 e teve sua mais recente e significativa atualização no ano de 2012. Magda enfatizou que, ao longo de décadas, o país estruturou e consolidou uma sólida política pública voltada à proteção das áreas verdes e à conservação florestal, pavimentando o caminho para os instrumentos de gestão territorial atuais. Destacou também a relevância da Lei do Bioma Mata Atlântica, de 2006, explicando que ela estabelece diretrizes para a proteção integral do ecossistema, o qual abrange não apenas a vegetação florestal, mas toda a biodiversidade e os elementos integrados ao território em que Joinville está inserida. Na sequência, abordando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal nº 9.985, de 2000. Magda pontuou que a criação desse sistema gerou a necessidade de adequação jurídica para diversas unidades de conservação municipais que haviam sido criadas antes de 2000, exigindo um esforço de atualização para alinhá-las aos novos parâmetros nacionais. Por fim, a mediadora ressaltou a importância histórica da Lei Federal nº 6.938, de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Ela enfatizou que esse diploma legal foi o grande marco regulatório que fundamentou e deu origem às demais políticas públicas ambientais do país, consolidando a base jurídica sobre a qual se estruturam as ações de preservação contemporâneas. Detalhou as diferentes categorias de áreas protegidas existentes em Joinville, apontando que, além da restrição nos morros imposta pela "Lei da Cota 40" — integrada ao Plano Diretor e à Lei de Ordenamento Territorial (LOT) sob um viés tanto urbanístico quanto ambiental —, o município engloba Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reservas Legais em áreas rurais e áreas verdes urbanas. Destacou o patrimônio natural da cidade ao mencionar que Joinville possui praticamente todas as tipologias de APP previstas no Código Florestal Brasileiro. No que se refere especificamente às Unidades de Conservação (UCs), a mediadora informou que o município conta com sete Unidades de Conservação municipais e duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), totalizando nove UCs que, de forma altamente significativa, cobrem 38% do território joinvilense. Além disso, com base em dados levantados pelo Plano Municipal da Mata Atlântica, Magda ressaltou que 60% da extensão total do município é constituída por vegetação nativa do bioma, estando toda essa área sob o guarda-chuva

protetivo da Lei da Mata Atlântica. Ao apresentar um mapa para a localização espacial das áreas protegidas, Magda ressaltou a expressiva dimensão territorial dessas áreas, o que consolida Joinville como uma referência de conservação. Pontuou a existência de unidades de conservação urbanas inseridas no perímetro central da cidade como os morros do Boa Vista, do Iririú, as Caieiras e o Parque da Cidade (Finder), destacando que o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) atua como o guardião dessas áreas, enquanto a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca, e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Ilha do Morro do Amaral possuem Conselhos Gestores próprios. A mediadora explicou a divisão metodológica das Unidades de Conservação em duas grandes categorias estruturadas pelo SNUC: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Ela detalhou que as Unidades de Proteção Integral são constituídas majoritariamente por terras públicas e focadas estritamente na preservação dos recursos naturais; já as de Uso Sustentável admitem propriedades privadas em seus perímetros, tendo como premissa a conservação conciliada ao uso ordenado da terra sob regramentos específicos, como ocorre no território da APA. Ao realizar um retrospecto cronológico das Unidades de Conservação municipais, Magda citou a criação do Parque Municipal Rolf Colin, em 1992 — ano marcado globalmente pela Conferência Eco-92. Ela contextualizou que a instituição daquela Unidade de Proteção Integral foi motivada pela preocupação em resguardar as principais nascentes de abastecimento público da cidade. Por fim, ressaltou que o Plano de Manejo do Parque Rolf Colin foi oficialmente instituído em 2023 e ressaltou que a Companhia Águas de Joinville atua como uma das principais guardiãs da área, controlando inclusive o acesso restrito e complexo àquela região de preservação. Na sequência cronológica, Magda abordou o Parque Municipal Morro do Finder, criado em 1993. Relembrou o histórico da área, destacando que a sua instituição foi fruto da doação de terras feita por um proprietário particular — pertencente à própria família Finder — para o município de Joinville. A mediadora explicou que o Morro do Finder também é enquadrado na categoria de Proteção Integral e informou que o seu Plano de Manejo está atualmente em fase de elaboração e construção técnica. Por fim, adiantou que, em razão de suas características de preservação, as diretrizes da unidade deverão concentrar as atividades permitidas no local com foco na educação ambiental e no ecoturismo. Magda abordou a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro do Boa Vista, Unidade de Conservação que abriga o Mirante de Joinville. Magda esclareceu que, ao contrário do que muitos pensam, a ARIE é enquadrada na categoria de Uso Sustentável, uma vez que engloba diversas propriedades particulares em seu perímetro, demandando um ordenamento que concilie o uso da terra com a preservação ambiental. No que tange aos instrumentos de gestão da Unidade, a mediadora relatou que o Plano de Manejo original foi instituído em 2010 e passou por uma ampla revisão no ano de 2020. Por fim, informou que o documento passou por uma nova revisão pontual recente, cujo Decreto oficial de atualização foi publicado no corrente ano de 2026. Magda destacou o Parque Natural Municipal da Caieira, outra Unidade de enquadramento de Proteção Integral instituída no município no ano de 2004. Lembrou que a criação da área possui um relevante pano de fundo histórico, tendo sido fruto de uma doação atrelada a uma medida de compensação ambiental realizada pela empresa Tupy. Diante da riqueza desses relatos, a mediadora ponderou, em tom descontraído, que a trajetória de fundação de cada uma das Unidades de Conservação da cidade renderia a escrita de um livro. A respeito dos instrumentos de gestão, Magda informou que o Plano de Manejo do Parque da Caieira foi oficialmente estabelecido no ano de 2021. Ela conferiu um destaque especial a esse processo, ressaltando que o documento técnico foi integralmente desenvolvido "em casa", isto é, elaborado por meio de um esforço interno conduzido pelas equipes técnicas da própria SAMA e da Unidade de Gestão Ambiental. Magda Franco destacou também o Parque Municipal Prefeito Luiz Henrique da Silveira (Parque do Iririú), criado no ano de 2012 e enquadrado na categoria de Uso Sustentável. Informou que a Unidade de Conservação está passando atualmente pelo processo de elaboração de seu Plano de Manejo, de forma conjunta com o Morro do Finder. A expectativa da Secretaria é que os Decretos regulamentando os Planos de Manejo de ambas as áreas sejam aprovados até o final de 2026. A mediadora celebrou a iminente conclusão desses trabalhos, ressaltando que, com a entrega desses dois documentos, o município praticamente encerrará o ciclo de dotação de Planos de Manejo para todas as suas Unidades de Conservação. Em tom realista, Magda ponderou que, embora esse seja um marco histórico de conformidade legal, a gestão ambiental é dinâmica e em breve demandará o início de revisões de outros Planos já existentes, o que faz parte da rotina técnica e contínua da pasta. Magda fez uma breve menção à Área de Proteção Ambiental (APA) Serra da Dona Francisca, assinalando que não se estenderia no assunto, pois haveria dois profissionais convidados que se dedicariam detalhadamente a esse tema na sequência da programação. A Gerente contextualizou que a Unidade foi criada no ano de 1997 e contou com seu primeiro Plano de Manejo instituído em 2012. Por fim, a mediadora antecipou que a SAMA abordaria um pouco mais sobre o assunto adiante, destacando que o Decreto com a ampla revisão do Plano de Manejo da APA foi oficialmente publicado no corrente ano de 2026. Magda Franco destacou a relevância da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Ilha do Morro do Amaral, classificando-a como uma Unidade de Conservação extremamente emblemática e de grande destaque para Joinville. A gerente mencionou que o engenheiro florestal Valmir (da empresa Detzel) traria um aprofundamento técnico detalhado sobre a área na sequência do evento. Ao resgatar o histórico da Unidade, a mediadora explicou que o território foi originalmente instituído como Parque em 1989. Contudo, em razão da presença histórica da comunidade residente e da necessidade de compatibilizar a subsistência da população local com a conservação ambiental, a área foi recategorizada em 2012 para a modalidade de RDS. Por fim, Magda informou que o Plano de Manejo da RDS foi oficialmente publicado no ano de 2024, consolidando o ordenamento socioambiental da Ilha. Magda finalizou o painel detalhando a abrangência das Áreas de Preservação Permanente (APPs) no município, reiterando que Joinville possui quase a totalidade das tipologias previstas no Código Florestal Brasileiro. A Gerente destacou a presença marcante de ecossistemas como o manguezal e revelou, como uma curiosidade territorial, que a cidade possui inclusive áreas de restinga, predominantemente do tipo arbórea, ainda que em pequenas proporções. Ao tratar dos recursos hídricos, a mediadora pontuou a densidade da rede hidrográfica local, repleta de cursos d'água. Ela explicou que as APPs marginais desses rios variam conforme a largura das calhas — cujas faixas de proteção em lei geral flutuam entre 30 e 500 metros —, observando que, embora

Joinville não possui rios de proporções gigantescas que demandem as faixas máximas, as restrições são amplamente aplicadas. Por fim, Magda completou o panorama geográfico citando a proteção conferida às encostas com declividade superior a 45° e aos topos de morros, reafirmando o papel central dessas restrições ambientais e topográficas na configuração do modelo de preservação do município. Magda concluiu sua exposição sobre o panorama das áreas protegidas e das Áreas de Preservação Permanente (APPs) em Joinville, ressaltando o encerramento de sua fala introdutória para dar espaço aos convidados técnicos do evento. A Gerente enfatizou que a Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Ilha do Morro do Amaral foram selecionadas para um debate mais aprofundado devido à extrema singularidade de suas características socioambientais. Ela explicou que os representantes das empresas consultoras Detzel (responsável pela RDS) e SPVS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, responsável pela APA) foram convidados justamente para apresentar o complexo caminho percorrido na construção e revisão dos Planos de Manejo dessas duas grandes Unidades de Conservação.

Evitando adentrar no escopo técnico das próximas palestras, Magda devolveu a palavra à interlocutora Juliana Alcântara para que fizesse as devidas apresentações dos Palestrantes. Por fim, Magda agradeceu a presença de todos e reforçou que, após as falas dos especialistas, o espaço seria aberto para perguntas, respostas e debates em formato de mesa redonda, contando com a participação ativa do público presente, composto em sua grande maioria por Conselheiros do COMDEMA. O Pronunciamento foi encerrado sob palmas do auditório. Juliana Alcântara, representando a Unidade de Gestão Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente (SAMA.UGA), deu continuidade aos trabalhos convidando a Gerente Magda Franco a compor a Mesa Diretora. Na sequência, apresentou a representante da empresa STCP Consultoria, Engenharia e Gerenciamento, a bióloga Letícia Carman Monteiro de Almeida Luvandoski, convidando-a também a integrar a mesa de debates. Ao introduzir a Palestrante, Juliana detalhou seu currículo profissional, destacando que Letícia é graduada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Gerenciamento Ambiental e possui 23 anos de experiência na Coordenação e Elaboração de Projetos Ambientais. Sua trajetória engloba diagnósticos e planejamentos de planos de manejo de unidades de conservação, licenciamento ambiental, planejamento regional, além da moderação de processos participativos e projetos de educação ambiental. Foi ressaltado que a bióloga já coordenou mais de 40 projetos na área ambiental em diferentes biomas brasileiros — com ênfase na Mata Atlântica, Amazônia e Cerrado —, tendo atuado como Coordenadora Técnica tanto do Plano de Manejo original da APA Serra Dona Francisca, em 2012, quanto do processo de sua ampla revisão, concluído em 2025. A convidada foi recebida sob palmas do auditório. Juliana deu continuidade às apresentações convidando o representante da empresa Detzel Gestão Ambiental, o Engenheiro Florestal Valmir Augusto Detzel, para compor a mesa de debates. Ao introduzir o convidado, foi destacado o seu sólido perfil acadêmico e internacional, sendo mestre em Conservação da Natureza pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com especializações realizadas na Alemanha em Planejamento e Monitoramento de Projetos (2023) e em Mediação de Conflitos (2008), além de treinamentos complementares no Japão, na Suécia e nos Estados Unidos. Com 30 anos de experiência profissional, Valmir acumulou vasta bagagem na Coordenação de Projetos de Cooperação Internacional junto a organismos como o Banco Mundial, o BID e o governo alemão, com atuações nos estados do Paraná, Santa Catarina e na região da Amazônia Brasileira, bem como no exterior, em países como Angola e Moçambique. Ao longo de sua carreira no setor público e privado, coordenou mais de 100 estudos e planificações territoriais, dos quais mais de 50 foram dedicados exclusivamente à criação, planejamento e gestão de Unidades de Conservação. Há duas décadas exercendo o cargo de CEO da Detzel Gestão Ambiental, o Palestrante teve como recente marco de atuação em Joinville a coordenação técnica dos estudos e a elaboração do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Ilha do Morro do Amaral. Magda tomou a palavra e solicitou a presença do Secretário Fábio Jovita para que também se juntasse aos Palestrantes e compusesse a Mesa Diretora dos trabalhos.



A mediadora encerrou as introduções formais e, de forma direta, passou a **Palavra à Bióloga: Letícia Luvandoski** para que ela desse início à sua apresentação técnica. Letícia Luvandoski iniciou sua fala cumprimentando o público e expressando sua satisfação em participar do evento, estendendo seus agradecimentos à Prefeitura de Joinville e à equipe da SAMA pelo convite. Ela relembrou sua trajetória na cidade, destacando o privilégio de ter coordenado o Plano de Manejo da APA Serra da Dona Francisca originalmente em 2012 e, agora, o seu processo de revisão em 2026. Em um momento de cordialidade, a bióloga cumprimentou o engenheiro Valmir Detzel. Ela pontuou que, apesar de atuarem em empresas concorrentes no mercado de consultoria, possuem uma sólida relação de parceria profissional em diversos projetos, destacando-o como uma de suas grandes referências na área ambiental e alguém com quem acumulou muitos aprendizados. Por fim, Letícia parabenizou formalmente o município de Joinville pelo expressivo compromisso com a gestão territorial. Ela enfatizou que manter sete Unidades de Conservação municipais — cobrindo quase 40% do território e com praticamente todos os Planos de Manejo devidamente elaborados — consolida a cidade como uma verdadeira referência na área. O reconhecimento foi direcionado nominalmente ao Secretário Fábio Jovita, à Gerente Magda Franco, e às respectivas equipes técnicas pelo diferencial alcançado na Gestão Pública. Letícia Luvandoski contextualizou

as características geográficas e o histórico recente da APA Serra da Dona Francisca. Ela explicou que a Unidade, criada originalmente em 1997, passou por uma revisão de limites em 2022 que resultou em uma pequena redução de sua poligonal na região do Canela. A bióloga informou que a Unidade está totalmente inserida no bioma Mata Atlântica e dentro do território de Joinville, ocupando uma expressiva área de 40 mil hectares — o que corresponde a cerca de 35% do território municipal. Ela complementou que, durante o processo de revisão conduzido em 2025, foram realizados novos ajustes técnicos pontuais para corrigir distorções em relação ao limite político-administrativo do município. Ao comentar a representatividade espacial da APA, Letícia relembrou a projeção do mapa apresentado por Magda e comentou, de forma descontraída, que o formato do perímetro da Unidade assemelha-se ao mapa do Brasil. Em tom bem-humorado, a Palestrante brincou com o colega Valmir Detzel, afirmando sentir "ciúmes" das Unidades de Conservação cujo Plano de Manejo ela mesma ajudou a estruturar e revisar, sinalizando que gostaria de continuar à frente das futuras atualizações da área. Letícia Luvandoski compartilhou seu vínculo pessoal com a cidade, mencionando que, embora seja natural de Curitiba, considera-se joinvilense por ter se mudado para o município ainda na infância, o que confere um sentimento de carinho extra ao seu trabalho na região. A bióloga resgatou os objetivos fundamentais que motivaram a criação da APA Serra da Dona Francisca: a proteção dos recursos hídricos, a conservação da biodiversidade e da fauna associada à Mata Atlântica, e o bem-estar das populações locais. Ela revelou que, logo no início dos alinhamentos para a revisão do Plano de Manejo, a diretriz principal estabelecida pela SAMA foi a de não focar estritamente na proteção dos recursos naturais isolados, mas sim integrar as pessoas que vivem no território. Segundo a Palestrante, o foco central e inicial dos trabalhos técnicos direcionou-se para a atualização da legislação e, prioritariamente, para o enfrentamento de gargalos relacionados à regularização fundiária, buscando harmonizar a segurança jurídica dos moradores com a sustentabilidade ambiental da Unidade de Conservação. Letícia Luvandoski reforçou o papel da Serra da Dona Francisca como uma verdadeira infraestrutura natural, essencial para a regulação do clima regional, proteção da biodiversidade e dos recursos naturais. Para ilustrar a relevância biológica da área, Letícia relembrou que, durante os estudos para o primeiro Plano de Manejo em 2012, a equipe identificou três espécies endêmicas de anfíbios (sapos) até então desconhecidas pela ciência, um feito de grande impacto técnico para uma Unidade de Conservação na Mata Atlântica. Além do patrimônio ecológico, a Palestrante destacou o potencial da região para o ecoturismo, o lazer e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais que ali residem e geram sua renda. Em um relato pessoal, compartilhou que sua admiração pelas paisagens da Serra é tão grande que, em suas viagens, costuma convencer o marido a estender o trajeto e descer por São Bento do Sul apenas para contemplar a beleza cênica do local. Por fim, Letícia enfatizou a extraordinária riqueza hídrica da APA, que contabiliza mais de 6 mil nascentes cadastradas. Ela aproveitou a oportunidade para parabenizar os produtores rurais locais que aderiram ao programa municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). A bióloga concluiu ressaltando que, como a Serra é a grande responsável pela produção de água que abastece Joinville, a população urbana tem o dever de valorizar expressivamente tanto a região quanto as famílias que atuam diretamente na preservação desses mananciais. Letícia Luvandoski detalhou a metodologia e as etapas que nortearam o processo de revisão do Plano de Manejo. Ela explicou que o trabalho inicial consistiu em uma imersão conjunta com a equipe técnica da SAMA para avaliar o documento construído no passado. Essa análise diagnóstica buscou mapear o que havia sido efetivamente implementado, o que não funcionou na prática, as mudanças na legislação ambiental e as novas dinâmicas de uso do solo que surgiram na região ao longo dos anos. A bióloga informou que a revisão foi integralmente balizada pelo roteiro metodológico do ICMBio de 2018, diretriz que vem sendo amplamente adotada por estados e municípios por focar na elaboração de Planos de Manejo mais simples, objetivos e de caráter eminentemente executivo. Após a avaliação inicial e o levantamento das dificuldades de gestão enfrentadas pela Secretaria, a equipe realizou o reconhecimento de campo e a atualização dos dados territoriais, priorizando o uso de dados secundários conforme orienta o novo roteiro do órgão federal. Por fim, Letícia enalteceu o forte caráter democrático e a transparência do processo, que envolveu um diagnóstico detalhado das alterações territoriais, além de inúmeras reuniões e três grandes oficinas participativas com expressivo público. Ela destacou também a interlocução contínua com o Conselho Consultivo da Unidade e a atuação expressiva da Câmara de Vereadores, que acompanhou de perto cada etapa, solicitando esclarecimentos e garantindo que o Plano fosse amplamente debatido com a Sociedade. Letícia detalhou a fase final de consolidação do zoneamento ambiental e os mecanismos utilizados para garantir a segurança jurídica e a clareza para os proprietários locais. Durante as oficinas participativas, a equipe disponibilizou técnicos de geoprocessamento em tempo real; assim, caso algum morador tivesse dúvidas sobre como as novas regras afetariam o perímetro de suas terras, a propriedade era localizada imediatamente no sistema para análise conjunta. A bióloga ressaltou que esse cuidado foi essencial para mitigar a insegurança natural das pessoas, que frequentemente temem sofrer prejuízos ou restrições em suas atividades produtivas. Após essa etapa de alinhamento, foi elaborada a minuta do Plano de Manejo, submetida tanto ao debate direto com a comunidade quanto aos ritos formais de consulta pública. Letícia relembrou com entusiasmo a audiência de apresentação final realizada no Rio da Prata, que contou com o auditório completamente lotado, consolidando um processo historicamente participativo, aberto a emendas, ajustes e construções coletivas. Por fim, a Palestrante informou que, após ter sua redação tecnicamente aprovada no encerramento de 2025, o decreto que institui oficialmente o novo Plano de Manejo da APA Serra Dona Francisca foi publicado no corrente ano de 2026. Letícia detalhou a dinâmica de gestão e o rigor técnico que caracterizaram o processo de revisão, enfatizando a postura extremamente participativa e atuante de toda a equipe da SAMA. A bióloga revelou os bastidores da construção dos documentos, relatando que houve um ciclo intenso de debates e revisões sucessivas, chegando ao ponto de determinados produtos técnicos passarem por até sete rodadas de refinamento antes de serem considerados "redondos" e validados pela Secretaria. A Palestrante também rendeu homenagens à longevidade e ao engajamento do Conselho Consultivo da APA. Ela destacou a presença de Conselheiros históricos que acompanham essa trajetória desde o primeiro Plano de Manejo em 2012 e continuam ativos em 2026, citando nominalmente o Conselheiro Ademir, presente no auditório, além de outros

membros da Plenária. Na sequência, a bióloga lembrou a etapa de transparência pública, em que a minuta final permaneceu integralmente disponível no site da Prefeitura de Joinville, permitindo que qualquer cidadão enviasse considerações e propostas de ajuste. Por fim, Letícia trouxe um desdobramento prático de grande relevância institucional: respondendo a uma demanda e exigência direta surgida ao longo de todo esse processo de construção coletiva, a SAMA atendeu ao pleito local e realizou a alocação de um técnico específico para a APA, o qual atua hoje *in loco* diretamente na Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR), aproximando o Poder Público da comunidade protegida. Letícia celebrou a presença do técnico *in loco* na Unidade de Desenvolvimento Rural como um resultado prático e imediato decorrente do próprio processo de revisão do Plano de Manejo. Na sequência, a Palestrante elencou os principais destaques e conquistas técnicas alcançados com a atualização do documento, sempre balizado pelas diretrizes executivas do roteiro metodológico do ICMBio de 2018. O primeiro grande avanço destacado foi a incorporação de normativas específicas que abriram caminho para a regularização fundiária na região. A bióloga contextualizou que, após a consolidação do primeiro plano em 2012, a legislação nacional evoluiu, gerando a necessidade de adequar o ordenamento da Unidade à existência de núcleos já urbanizados inseridos no perímetro rural da APA. Essa tratativa atendeu a uma forte e constante preocupação tanto da comunidade local quanto dos Vereadores de Joinville. Por fim, Letícia ressaltou que a revisão teve como premissa trazer maior clareza e objetividade para as regras de uso do solo, beneficiando diretamente quem desenvolve atividades produtivas na região. Ela explicou que o texto foi refinado para detalhar com precisão o que é permitido e o que é restrito, englobando desde a produção agrícola e agropecuária até as indústrias instaladas na parte baixa da APA. Segundo a especialista, o desfecho desse esforço normativo traduziu-se em um cenário de ampla segurança jurídica para os moradores e empreendedores locais, harmonizando a proteção ambiental com a sustentabilidade econômica. Letícia projetou um registro fotográfico histórico datado de 2012, lembrando com nostalgia o início da trajetória de planejamento da unidade. Com bom humor, a Palestrante apontou para as imagens e destacou a presença constante de lideranças locais que cruzaram as décadas dedicadas à causa ambiental, citando que o conselheiro Ademir certamente figurava em todas as fotos, além de registrar a participação ativa da Conselheira Dalzemira, presente no auditório, que esteve engajada tanto no processo original quanto na revisão concluída em 2025. A bióloga ponderou que a construção desse planejamento esteve longe de ser um percurso fácil, uma vez que a comunidade local é extremamente exigente e firme na defesa de suas propriedades e de suas atividades produtivas tradicionais. No entanto, ela defendeu que essa complexidade é justamente o que torna a elaboração de um Plano de Manejo um processo extraordinariamente rico. Letícia concluiu sua reflexão ressaltando que, embora a metodologia de trabalho possua uma estrutura técnica e uma "fórmula" predefinida, cada Plano de Manejo se consolida como uma peça única e singular, moldada pelas particularidades do território, por suas situações específicas e pela pluralidade de seus atores sociais, gerando um contínuo e profundo aprendizado para todos os envolvidos. Letícia detalhou o papel geoestratégico da APA Serra da Dona Francisca a partir da análise de um mapa da região. Ela apontou que a unidade ocupa uma posição centralizada em um vasto mosaico de áreas protegidas, funcionando como o núcleo de um grande corredor ecológico no Sul do Brasil, além de ser formalmente integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Ao projetar a imagem de um dos anfíbios descobertos em 2012, a bióloga lembrou, com descontração, que o pequeno anfíbio "deu trabalho" devido à resistência inicial de alguns moradores locais em debater as restrições ambientais atreladas à fauna. Trata-se de uma espécie endêmica do Morro do Tromba que habita exclusivamente as áreas de grande altitude daquela localidade, o que eleva o status de relevância científica e biológica do território. Como terceiro pilar de destaque, a Palestrante enalteceu o modelo de gestão integrada implementado no município, que promove a articulação contínua entre a SAMA, a Unidade de Desenvolvimento Rural (UDR) e a Companhia de Águas de Joinville (CAJ). Segundo Letícia, essa sinergia institucional assegura uma alta efetividade de planejamento, o que permitiu que a APA se mantivesse rigorosamente preservada no intervalo entre 2012 e 2026. Ela encerrou sua exposição exaltando a salvaguarda do modo de vida tradicional e o forte engajamento da comunidade local, elementos indispensáveis para o sucesso da governança socioambiental na unidade. Letícia encerrou sua apresentação destacando que o processo de revisão representou uma oportunidade única para atualizar as diretrizes de conservação da APA de forma conjunta, combinando sólida fundamentação técnica e intensa participação social. A bióloga ressaltou que a importância ecológica e estratégica da região é um consenso claro entre todos os atores envolvidos. Ao finalizar, ela expressou novamente seu agradecimento à Prefeitura de Joinville pela confiança depositada no trabalho da consultoria, estendeu os agradecimentos ao público pela colaboração ao longo de todo o percurso e colocou-se à disposição para sanar dúvidas e participar dos debates na sequência do evento. A Palestrante concluiu sua exposição sob palmas do auditório. A Gerente Magda Franco reassumiu a palavra e sugeriu que o evento avançasse diretamente para a apresentação técnica do engenheiro florestal Valmir Detzel. Ela aproveitou o momento para registrar um agradecimento especial ao Palestrante, destacando o esforço do profissional em se deslocar de Curitiba logo cedo e "descer a serra" para prestigiar e contribuir com o debate em Joinville. Com a **Palavra: Valmir Detzel** iniciou seu pronunciamento cumprimentando o público e expressando seus agradecimentos à Prefeitura Municipal de Joinville, direcionando o reconhecimento nominal ao Secretário Fábio Jovita, à Gerente Magda Franco, e a toda a Equipe Técnica da SAMA pela confiança depositada e pelo convite para apresentar os resultados do trabalho desenvolvido. Em retribuição às palavras de Letícia Luvandoski, o Engenheiro Florestal parabenizou a colega e reforçou que a concorrência no mercado de consultoria não significa oposição ou inimizade, definindo a relação entre ambos como uma sólida parceria de amizade. Em tom descontraído, Valmir endossou a brincadeira anterior, afirmando que não disputará projetos futuros na APA Serra da Dona Francisca por reconhecer a paixão especial de Letícia pela Unidade, esperando a mesma reciprocidade em relação à RDS da Ilha do Morro do Amaral. Por fim, o Palestrante parabenizou o município de Joinville pela realização dos eventos em celebração à Semana do Meio Ambiente e, de modo especial, exaltou a condição privilegiada e de vanguarda que a cidade ostenta no cenário nacional quanto à criação e gestão de suas Unidades de Conservação. Valmir Detzel prosseguiu com sua fala dispensando, em tom bem-humorado, maiores apresentações biográficas. Ele brincou

que, embora tivesse enviado apenas uma síntese de seu currículo, a mediação acabou compartilhando sua trajetória completa, comentando jocosamente que sua própria fisionomia já denunciava os longos anos de experiência acumulados na área ambiental. O Engenheiro Florestal direcionou então o foco para o objeto central de seu trabalho no município, que consistiu na elaboração do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Ilha do Morro do Amaral. Ao conceituar e detalhar a relevância dessa categoria de área protegida, o Palestrante apresentou um panorama quantitativo para demonstrar a sua extrema singularidade no cenário nacional. Ele explicou que, do universo de aproximadamente 3.100 Unidades de Conservação atualmente registradas no Brasil, englobando as esferas federal, estadual e municipal, apenas 46 são classificadas especificamente como Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Valmir ressaltou ainda que a imensa maioria dessas poucas RDS está concentrada geograficamente na região da Amazônia, o que evidência o caráter altamente diferenciado e o pioneirismo do município de Joinville ao abrigar e gerir uma Unidade com essas características em pleno ecossistema do Sul do país. Valmir aprofundou a análise sobre a raridade da categoria, revelando que, das 46 Reservas de Desenvolvimento Sustentável existentes no país, apenas cinco são de âmbito municipal — e ponderou que, na prática, esse número se aproximaria de quatro e meia, já que uma delas se limita a um zoneamento específico, sem uma estrutura formal bem consolidada. Ele listou que três dessas Unidades de Conservação Municipais estão localizadas no estado do Espírito Santo: a RDS Municipal de Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, a RDS dos Manguezais de Cariacica e a RDS Municipal da Barra Nova, em São Mateus. Ao corrigir uma informação projetada, ele esclareceu que as outras duas mencionadas, Itupã-Baquiá, no Pará, e Nascentes Gerais, em Minas Gerais, completam o panorama desse grupo restrito, situando Joinville em uma posição de extremo destaque nacional por abrigar uma dessas raras joias da Gestão Pública Municipal. Na sequência, o Palestrante provocou o público a refletir sobre o verdadeiro propósito e o "mote" de uma RDS, contrapondo o senso comum. Ele observou que quem visita a Ilha do Morro do Amaral se depara com uma ocupação urbana expressiva, o que costuma gerar o questionamento imediato de como um local tão povoado pode ser considerado uma Unidade de Conservação destinada a preservar a natureza. Valmir explicou que a essência de uma RDS não é a exclusão humana, mas sim a preservação do modo de vida e dos costumes das populações tradicionais. A categoria foi criada justamente para conciliar a qualidade de vida e a manutenção dessas tradições comunitárias com a proteção do meio ambiente. No caso específico do Morro do Amaral, ressaltou que o princípio norteador reside na sobrevivência e na cultura daquela comunidade de pescadores e catadores de caranguejo. Ele enfatizou que a qualidade do ecossistema é vital para os moradores, pois os peixes e crustáceos capturados na baía dependem diretamente da integridade do manguezal para se reproduzirem. Dessa forma, a RDS promove uma simbiose perfeita: a proteção da natureza garante o sustento da tradição, e a manutenção da cultura tradicional atua como um escudo para a conservação ambiental, estando ambos os elementos intrinsecamente vinculados. Valmir Detzel aprofundou a discussão sobre a dependência que as populações nativas têm da qualidade ambiental para salvaguardar suas rotinas e subsistência. No caso específico da Ilha do Morro do Amaral, trouxe à tona um dos debates mais complexos enfrentados durante as reuniões: os dilemas em torno da evolução histórica da ocupação local e a definição do que realmente caracteriza um morador tradicional. Como a Comunidade original de pescadores e catadores de caranguejo e berbigão se transformou ao longo das gerações, a equipe técnica se deparou com um questionamento prático e recorrente da população: o filho de um casal de pescadores históricos que decide trabalhar na área urbana, em uma indústria como a WEG, e deseja construir sua casa na ilha, ainda é considerado parte da população tradicional? Para solucionar esse impasse no Plano de Manejo, o Palestrante explicou que o critério fundamental adotado pela legislação e pelas diretrizes da RDS se baseia na manutenção do modo de vida e dos costumes integrados à comunidade, e não puramente na hereditariedade ou no sangue. Esse alinhamento tornou-se o maior desafio na elaboração do Plano, especialmente porque a Ilha do Morro do Amaral sofre uma forte pressão imobiliária e de expansão, marcada por invasões e vendas irregulares de lotes. Valmir concluiu destacando que a principal missão técnica e social do documento foi estabelecer uma linha clara de corte para diferenciar o morador tradicional — que já ocupava a área historicamente e depende daquele ecossistema para sua identidade comunitária — dos novos ocupantes sem vínculos com a cultura e a tradição locais, garantindo assim a proteção social e jurídica da Reserva. Valmir apresentou o objetivo central do trabalho, que consistiu na elaboração do Plano de Manejo, mas fez questão de desmistificar a natureza do documento. Ele enfatizou que, embora o Plano seja composto por uma série de volumes, produtos técnicos e cadernos que representam uma grande conquista institucional, o livro físico ou digital em si não é o elemento mais importante. O valor real reside no conteúdo programático e nas ações projetadas para serem executadas no território. Valmir convocou tanto os moradores do Morro do Amaral quanto os técnicos da Prefeitura a enxergarem o documento como um verdadeiro manual de execução para o processo de implantação da Reserva. Para ilustrar seu ponto de vista, o Palestrante utilizou uma metáfora culinária, explicando que manter um livro de receitas guardado na gaveta sem ir para o fogão e sem servir o prato na mesa não gera efeito prático algum. Da mesma forma, ele ressaltou que, embora o Plano de Manejo não seja uma receita de bolo engessada, ele funciona como o guia operacional oficial para a gestão da Unidade de Conservação. Valmir concluiu destacando que as diretrizes contidas no manual não foram inventadas de forma isolada pela sua empresa de consultoria, a Detzel, mas sim moldadas, discutidas e pactuadas em conjunto com todos os atores sociais que participaram ativamente do processo de construção coletiva. Valmir detalhou os objetivos estruturais que compõem o Plano de Manejo da RDS, a começar pela caracterização detalhada da Unidade de Conservação para mapear com precisão o que existe no território. Esse trabalho envolveu a realização de um diagnóstico ambiental e social robusto, conduzido de maneira amplamente participativa por meio de diversas reuniões com a Comunidade local. O Palestrante destacou que um dos pontos altos do projeto foi a identificação e a caracterização das populações tradicionais, o que incluiu a criação de um cadastro formal das famílias e das propriedades situadas no interior da reserva. Adicionalmente, a equipe realizou um levantamento pormenorizado das estruturas e dos potenciais de uso público da Ilha, com foco especial no turismo. Observou também que, embora a atividade turística já aconteça na região, há um potencial

gigantesco para expandi-la de forma ordenada. Por fim, Valmir explicou que o Plano culminou no estabelecimento do zoneamento ecológico, que fixa o conjunto de normas de uso do solo, e na elaboração de um cronograma estruturado de ações para o futuro. Ao interagir com a Plenária, o Palestrante pediu que os presentes que já conheciam ou moravam no Morro do Amaral levantassem a mão, celebrando o local como um patrimônio acolhedor de Joinville e reforçando que todo o potencial da comunidade foi cuidadosamente planejado e salvaguardado no documento. Valmir apresentou a localização geográfica da RDS da Ilha do Morro do Amaral com o auxílio do mapa, resgatando o histórico legal da área protegida. Explicou que a Unidade foi instituída originalmente em 1989 por meio de um Decreto Executivo como um Parque Municipal. Posteriormente, para adequar a área à sua verdadeira realidade social e ecológica, o município promoveu uma recategorização oficial por meio de uma Lei Municipal em 2012, transformando-a na Reserva de Desenvolvimento Sustentável, atual. Detalhou os dados territoriais da Unidade, especificando que ela abrange uma área total de 335,77 hectares delimitada por um perímetro de aproximadamente 10 quilômetros (10 mil metros). Inserida no Bioma Mata Atlântica, a reserva ocupa uma posição estratégica na faixa costeira da região. Valmir concluiu destacando que, embora o polígono oficial da RDS abarque estritamente a porção terrestre da Ilha, a dinâmica ecológica e a sobrevivência da Unidade estão intrinsecamente vinculadas às águas da Baía da Babitonga e a todo o complexo ecossistema marítimo-costeiro que a circunda. Valmir detalhou as abordagens estratégicas que nortearam a elaboração do Plano de Manejo, destacando que o primeiro grande desafio foi promover uma profunda integração e articulação institucional. Ele explicou que, embora a gestão principal da RDS seja de responsabilidade da SAMA, a Unidade abriga uma Vila Residencial com características urbanas consolidadas. Diante dessa realidade, a consultoria precisou alinhar as ações diretamente com a Secretaria de Habitação e também com a Secretaria de Cultura e Turismo, dada a relevância arqueológica da Ilha, que abriga sítios de interesse histórico, incluindo o famoso sambaqui local. Outro pilar estratégico crucial foi o trabalho realizado junto ao Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação. Valmir fez questão de enfatizar a diferença jurídica desse Colegiado em relação ao da APA: no caso da RDS, o Conselho possui caráter deliberativo, o que significa que seus membros se reúnem com o poder de tomar decisões oficiais e votar regras, e não apenas emitir pareceres ou opiniões consultivas. Para construir uma composição estratégica sólida e um Plano verdadeiramente alinhado com todas as realidades, o processo estendeu-se para além do Conselho, envolvendo os moradores da comunidade que não faziam parte do Colegiado. Valmir concluiu ressaltando que esse esforço de pactuação interna e externa foi indispensável, pois não faria sentido a Secretaria Ambiental planejar o ordenamento de uma ocupação ou distrito se as pastas de Habitação e Turismo não estivessem caminhando na mesma direção, consolidando uma governança unificada entre os órgãos de governo e a população local. Valmir explicou que o Plano de Manejo foi estruturado em oito produtos ao todo, mas destacou três deles como os mais importantes e estratégicos para a Unidade. O primeiro grande marco foi a etapa de caracterização, que englobou o plano de trabalho inicial e o diagnóstico ambiental completo, fornecendo um panorama científico e detalhado de tudo o que compõe a reserva. Valmir deu um destaque especial ao produto número quatro, focado no uso e ocupação do solo e na complexa situação fundiária da Ilha. Ele revelou que a equipe realizou um censo rigoroso em campo, batendo de porta em porta em todas as residências e propriedades do Morro do Amaral. Embora não tenha sido possível atingir 100% de preenchimento devido a imóveis fechados — os quais foram devidamente fotografados e catalogados —, todas as casas com ocupantes tiveram suas estruturas mapeadas e suas famílias entrevistadas para a criação de um banco de dados social. O Palestrante concluiu apontando que esse levantamento fixou uma linha temporal de corte baseada no ano de 2024. Esse marco cronológico foi fundamental para classificar o tempo de permanência dos moradores, permitindo à gestão distinguir com clareza quem são os ocupantes históricos e tradicionais daqueles considerados mais novos na região, oferecendo um retrato fiel da dinâmica demográfica para o ordenamento da RDS. Valmir deu continuidade à apresentação detalhando a sequência de produtos técnicos desenvolvidos para a RDS, com destaque para a listagem formal dos beneficiários tradicionais, o zoneamento ecológico, as normas de uso do solo e o plano para o potencial de desenvolvimento sustentável com foco no turismo de base comunitária. Ele explicou que a estruturação final do documento ocorreu em duas etapas bem definidas: uma versão preliminar exaustivamente debatida com a sociedade e, por fim, a versão oficial e formalizada da reserva. Para demonstrar a transparência e o engajamento social, projetou registros fotográficos de uma série de oficinas participativas, de diagnóstico e de planejamento realizadas diretamente com os moradores. Em tom descontraído, ele brincou com a Plenária ao avisar que quem alegasse não ter feito parte do processo "ficaria mal na fita", pois as imagens mostravam os eventos de fevereiro e agosto de 2023 com o auditório completamente lotado. O Palestrante revelou que a metodologia aplicada nessas reuniões foi o metaplano, técnica na qual todas as ideias da comunidade são registradas em cartões e organizadas visualmente de forma coletiva durante a própria oficina. Posteriormente, a equipe da consultoria leva esse material para o escritório a fim de filtrar e extrair as propostas viáveis que farão parte do escopo final do projeto. Para ilustrar a necessidade desse filtro técnico e arrancar risadas do público, Valmir recorreu a exemplos de sugestões inviáveis que costumam surgir em dinâmicas do gênero. Ele ponderou que ideias descabidas — como a instalação de uma "fábrica de pudim" na RDS — precisam ser descartadas por inadequação regulatória. Em seguida, relembrou um caso real de um Plano de Manejo que coordenou em Jeceaba, Minas Gerais, onde um morador insistia na construção de um planetário no topo de um morro local, justificando que a altitude facilitaria a visão do céu. Valmir concluiu a anedota observando que se até Curitiba enfrenta desafios complexos de manutenção em seu planetário, uma estrutura semelhante seria completamente insustentável em um município de pequeno porte, reforçando a importância de alinhar os desejos comunitários com a realidade prática e científica da gestão pública. Valmir reforçou que, embora a construção do Plano de Manejo seja de caráter estritamente participativo, a equipe técnica precisa filtrar o que é viável, deixando de lado o que não é passível de aplicação no momento, mesmo que tais propostas possam ser amadurecidas em um cenário futuro. Mais do que coletar sugestões, destacou que o grande valor das oficinas está no senso de corresponsabilidade, pois, quando o morador propõe uma ação, ele assume automaticamente um compromisso

com a execução daquele Plano, criando um vínculo direto entre a contribuição comunitária e o sucesso prático da reserva. Ao detalhar os resultados tangíveis do projeto, o Palestrante informou que a prefeitura, por meio da Gerente Magda Franco, possui o acervo completo dos documentos, o qual também está sob a guarda da consultoria e pode ser disponibilizado com a devida autorização. Ele listou os principais componentes entregues, que incluem o volume completo de caracterização socioambiental, o zoneamento ecológico da Unidade acompanhado de suas normas de aplicação e o plano de ação estruturado para o futuro. Valmir deu especial atenção ao cadastro total das propriedades, explicando, de forma simples, que o banco de dados é totalmente georreferenciado. Traduzindo o termo técnico para o público, Valmir esclareceu que isso significa que cada ficha preenchida está diretamente vinculada a um ponto exato no mapa, permitindo que a gestão municipal localize visualmente e com precisão cirúrgica cada uma das residências e famílias mapeadas na Ilha. Valmir apresentou o mapeamento detalhado da ilha, explicando que os pontos coloridos distribuídos na imagem correspondem exatamente aos dados coletados em campo pela equipe técnica. Cada marcação indica a localização de uma residência cadastrada e traz informações sobre o *status* do imóvel, especificando se a moradia estava ocupada, se possuía a ficha do morador preenchida ou se foi encontrada fechada. Valmir apontou para a tela para evidenciar a expressiva quantidade de habitações existentes na área e detalhou a dinâmica da distribuição urbana. Ele observou que, embora a maior parte da concentração populacional histórica esteja situada na borda da Baía da Babitonga, a ocupação está se estendendo progressivamente ao longo do eixo da via de acesso terrestre. Alertou que esse vetor de crescimento representa um ponto de atenção crítico para a RDS, pois funciona como uma abertura vulnerável a invasões, desmembramentos de lotes e vendas irregulares para pessoas que não pertencem à comunidade tradicional, como novos moradores que buscam o local apenas para passar a aposentadoria — um tema que foi amplamente debatido durante as oficinas. Por fim, demonstrou o mapa de qualificação de uso da reserva, ressaltando que a imagem projetada era apenas um resumo da densa pilha de dados contida nos documentos oficiais. Valmir explicou que cada atrativo local foi devidamente qualificado e mapeado, permitindo que a gestão identifique com precisão a localização dos sambaquis de relevância histórica e cultural, os restaurantes e as trilhas potenciais. Ele concluiu enfatizando que essa cartografia está integralmente disponível no Plano de Manejo, acompanhada pela descrição detalhada de todas as atividades permitidas para impulsionar o turismo sustentável. Valmir apresentou o mapa de concentração com a densidade de uso da reserva, ressaltando que as atividades dos moradores vão muito além do perímetro residencial da Vila. Explicou que a equipe mapeou não apenas onde as famílias vivem, mas também as áreas do entorno onde elas coletam os recursos para sua subsistência, detalhando que a comunidade utiliza ativamente as bordas dos manguezais para pescar e para catar moluscos e ostras. Na sequência, o Palestrante detalhou a síntese do zoneamento ecológico da RDS e explicou as restrições de cada área de acordo com as cores representadas no mapa. Ele apontou que a zona de preservação, indicada em verde-escuro, é destinada à proteção integral dos ecossistemas mais sensíveis, enquanto a zona de conservação, em verde-claro, permite um manejo ambiental equilibrado com foco na biodiversidade. Já a zona de uso restrito, sinalizada em laranja, comporta atividades humanas de forma controlada e parcial, abrindo espaço para a zona populacional, em cor-de-rosa, que delimita a área urbana consolidada onde se concentram as moradias da comunidade. Por fim, a zona de adequação ambiental abrange os locais que apresentam algum nível de degradação e que demandam ações imediatas de recuperação da natureza. Concluiu mostrando o formato interno e a capa do documento final do Plano de Manejo. Ele reforçou que esse material consolida os objetivos, as características e as normas aplicáveis a cada uma dessas áreas mapeadas, constituindo-se como a ferramenta-chave para que os gestores da Prefeitura, os membros do Conselho Deliberativo e a própria população local possam orientar a execução, a implementação e o monitoramento de todas as ações socioambientais ao longo dos próximos anos. Valmir apresentou uma versão em síntese do Plano de Manejo, desenvolvida especificamente para facilitar a comunicação com o público geral. Brincando com a estética do material, comentou que o texto passou por uma espécie de "salão de beleza para fazer uma chapinha", resultando em um documento mais curto, visualmente atraente e com uma linguagem técnica bem mais amena e compreensível para pessoas leigas. O Palestrante explicou que o livreto, que conta com cerca de 32 a 44 páginas incluindo sumário, capa e contracapa, foi pensado para ser um material de distribuição mais fácil e dinâmica. O grande objetivo dessa publicação simplificada é chamar a atenção da sociedade e atrair um olhar diferenciado e de valorização para a RDS, destacando a importância ecológica daquele espaço e o patrimônio cultural de sua população tradicional. Valmir encerrou sua apresentação ressaltando o caráter altamente desafiador do projeto diante da complexa dinâmica social da Ilha do Morro do Amaral. Ele explicou que existe um cenário de tensões em que os moradores tradicionais lutam para preservar a qualidade ambiental e suas práticas históricas, enquanto os novos ocupantes buscam o direito de usufruir do local. Ponderou que essa realidade ganha contornos delicados quando a própria comunidade tradicional defende a permanência dos novos moradores por se tratarem de filhos, sobrinhos ou parentes, embora novos ocupantes sem qualquer vínculo familiar ou cultural não sejam bem-vistos. O Palestrante enfatizou que esse conflito de interesses — o qual ocorreu de forma pacífica, sem qualquer tipo de animosidade física ou violência — constitui o verdadeiro ponto central da gestão da unidade de conservação. Para Valmir, a essência do sucesso na implementação do Plano de Manejo reside na capacidade do gestor público de manter a qualidade do ambiente e salvaguardar a comunidade tradicional, controlando rigorosamente a expansão imobiliária e as pressões trazidas por novos moradores. Concluiu afirmando que, embora a preservação da qualidade do manguezal seja um fator de extrema relevância, ela se torna um elemento lateral diante do verdadeiro desafio da reserva, que é ordenar o futuro da ocupação humana na ilha sob a premissa inegociável de manter vivo o modo de vida tradicional. Ao finalizar sua reflexão e agradecer a atenção de todos, o Palestrante foi calorosamente aplaudido pelo público presente. O Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item.

8) Conclusões do Secretário Municipal de Meio Ambiente:

O Secretário Municipal do Meio Ambiente, Fábio Jovita iniciou sua intervenção parabenizando os Palestrantes pela exposição dos trabalhos, destacando a profunda singularidade existente entre a Área de Proteção Ambiental (APA) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), apesar de pertencerem a categorias diferentes de Unidades de Conservação. Ele mencionou ter feito anotações comparativas para mensurar a dimensão e a complexidade de ambas as entregas e expressou o orgulho de ver os representantes da SAMA e os Consultores reunidos, celebrando a atuação da equipe administrativa que soube cobrar, discutir e corrigir os dados ao longo do processo. A gestora ressaltou que, conforme apontado por Letícia e Valmir, o grande foco compartilhado tanto na atualização da APA quanto na elaboração da RDS foram as pessoas. Jovita lembrou que, desde a reunião inicial de alinhamento, a diretriz máxima da gestão foi priorizar a dignidade, a permanência e o modo de vida de quem reside nesses territórios, oferecendo subsídios técnicos para que os moradores possam se sustentar e prosperar por meio das diretrizes dos Planos de Manejo. Com base nessa priorização humana, ele apontou que o principal gargalo motivador dos estudos foi a Regularização Urbana (REURB). Jovita validou a precisão dos dados apresentados por Valmir sobre a necessidade de integração institucional, justificando o envolvimento direto da Secretaria de Habitação nesse processo de ordenamento fundiário, e aproveitou o momento para registrar a presença de representantes da pasta da Habitação, como Felipe Romer e Osmar Silivi, que acompanhavam o evento. Jovita enalteceu o papel histórico desempenhado pela Secretaria de Habitação, destacando que as ações da pasta serão fortemente ampliadas graças ao esforço conjunto entre a SAMA e as Consultorias. Defendeu que o sucesso de uma política pública depende dessa integração estratégica e de um foco claro nas pessoas, argumentando que a verdadeira inteligência na preservação ambiental consiste em saber como integrar o ser humano, sua cultura e suas famílias — que, como bem lembrado por Valmir, continuam crescendo — em um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Jovita atribuiu a excelência das entregas à organização da SAMA, que se destaca mesmo diante de milhares de desafios diários, e à sorte do município em contratar, via licitação, empresas comprometidas em absorver essa visão institucional. Ponderou, contudo, que os Planos não esgotam a totalidade dos problemas, pois existem restrições ambientais legais que o município não pode ultrapassar e cenários de risco nos quais a Prefeitura não transigirá, priorizando sempre a segurança e a vida das famílias em áreas vulneráveis. Apesar de tais limites, Jovita demonstrou otimismo ao afirmar que, na grande maioria dos casos, o Município conseguirá avançar com a regularização fundiária, primeiramente com a emissão das matrículas dos terrenos e, em um segundo momento, com a regularização das edificações, gerando novas oportunidades e dignidade para os moradores. Jovita aproveitou para fazer uma distinção conceitual, ressaltando que, embora os residentes da APA não formem propriamente uma Comunidade Tradicional nos moldes jurídicos da RDS, eles constituem sim uma população tradicional cuja existência histórica exige um olhar atento e diário do Poder Público. Em tom bem-humorado, concluiu essa parte de sua fala brincando com a dinâmica do auditório ao notar a ausência momentânea de alguns técnicos citados. Jovita reconheceu, em tom descontraído, que ele próprio não se considera a pessoa mais organizada do mundo, embora a Secretaria o seja, reforçando que a elaboração desses Planos de Manejo está longe de ser uma receita de bolo — pois, se fosse, resultaria no bolo mais complexo e saboroso do mundo. Ele enfatizou a extrema complexidade das oficinas participativas, que exigem sensibilidade para lidar com as diferentes visões de mundo e singularidades de cada cidadão. Jovita ponderou que é obrigação do servidor público e dos técnicos que detêm o conhecimento traduzir termos complexos e explicar, desde o início, o que é um zoneamento, o que busca um Plano de Manejo e como funcionam as legislações que regulam o distanciamento de nascentes e corpos hídricos pelo Código Florestal. Ele fez questão de deixar claro que isso não é uma crítica à população, mas sim o cumprimento do dever do município de passar o conhecimento técnico adiante, área em que ambos os trabalhos foram amplamente assertivos. Na sequência, Jovita destacou o imenso potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas, apontando que tanto o Morro do Amaral quanto a APA da Serra de Dona Francisca possuem uma vocação única para a exploração do turismo. Revelou que o vídeo de apresentação não uniu as duas áreas por acaso, mas sim com o propósito estratégico de demonstrar ao público local, nacional e internacional as belezas naturais de Joinville. Segundo o Gestor, esse apelo turístico, aliado à regularização urbana e fundiária conduzida pela Prefeitura, permitirá que o município instale a infraestrutura necessária para que as famílias locais conquistem um ganho histórico em suas realidades. Ele concluiu reforçando que o foco do projeto não é a arrecadação de impostos, mas sim o benefício direto ao cidadão, celebrando o fato de que os Planos de Manejo não ficaram restritos à seara das ideias ou guardados em uma gaveta técnica, mas já se consolidaram como ações concretas e em pleno andamento na cidade. Jovita encerrou sua participação trazendo à tona um dos maiores desafios na gestão dessas duas áreas protegidas: a interlocução com o Ministério Público. Ele explicou que, no cumprimento de sua função constitucional de fiscalizar, o órgão ingressou com diversas Ações Cíveis Públicas (ACPs) cobrando fiscalizações rígidas, entregas de Planos e o cumprimento de determinações legais por parte do município. Ponderou que lidar com uma ACP envolve prazos estritos e exige um olhar técnico impecável, evidenciando o peso da responsabilidade civil, administrativa e criminal que recai sobre quem elabora os projetos, sejam as empresas contratadas ou os Servidores da Prefeitura. Ele alertou que, enquanto a responsabilidade criminal é subjetiva e depende de dolo, as esferas civil e administrativa são objetivas, o que significa que o erro gera responsabilização independentemente da intenção do agente. Diante desse cenário de alta pressão jurídica, Jovita declarou-se fã dos Servidores Públicos, destacando a complexa rotina da SAMA, que atende a cerca de dois mil ofícios do Ministério Público por ano. Ele relatou que essa demanda extraordinária de auditoria e esclarecimentos concorre diretamente com a imensa fila de processos que a Secretaria já precisa analisar rotineiramente. Segundo o Gestor, cria-se um dilema em que a equipe é constantemente cobrada por velocidade, eficiência e resultados, enquanto o volume de trabalho e o peso da responsabilidade fiscalizatória só aumentam. Fez questão de enfatizar que suas observações não constituíam uma crítica ao Ministério Público, cujo papel fiscalizador é legítimo e correto, mas sim uma reflexão sobre as dificuldades diárias da carreira pública em uma Secretaria que responde pelas políticas de regularização e policiamento urbano. Lembrando uma frase frequente do colega André, Jovita concordou que a SAMA atua,

na prática, como a "Polícia da Prefeitura", sendo o para-raios de reclamações e ouvidorias da cidade para garantir que as normas urbanísticas, ambientais e de posturas sejam rigorosamente cumpridas, compartilhando o topo desse volume de demandas apenas com a Secretaria de Infraestrutura Urbana (SEINFRA), representada no evento por Marília. Jovita finalizou sua fala descontraindo o ambiente ao reforçar que os consultores eram as verdadeiras estrelas do evento e que todas as perguntas da plenária deveriam ser direcionadas a eles, brincando que ele próprio era "mais um intruso do que propriamente um Palestrante". Reiterou seus parabéns aos Palestrantes Letícia e Valmir, estendendo o reconhecimento às equipes técnicas que deram suporte aos bastidores de ambos os projetos. Jovita encerrou com um voto de incentivo para que as empresas continuem desenvolvendo Planos de Manejo com esse mesmo nível de excelência, não apenas em Joinville, mas em todas as regiões do Brasil. Jovita defendeu que, quanto mais técnicos e humanizados forem esses estudos, maior será o benefício direto para a população e mais robusta se tornará a Política Nacional do Meio Ambiente, retirando-se sob os aplausos calorosos do auditório. Magda Franco assumiu a palavra questionando à plateia se haveria mais alguma pergunta ou consideração final, observando que o evento já estava adiantado, por volta do meio-dia. Magda fez questão de registrar publicamente seu agradecimento aos Palestrantes Letícia e Valmir pela presença e pela cooperação técnica que, conforme destacou com orgulho, foi realizada a custo zero para a SAMA. Ela revelou que a Secretaria recebeu a versão digital da publicação simplificada da RDS — o documento visualmente trabalhado que Valmir mencionou ter "passado por uma chapinha" —, também sem custos adicionais para o município, informando que o material repleto de imagens belíssimas será disponibilizado e publicado no site oficial da Prefeitura. Magda estendeu os agradecimentos à empresa STCP, que realizou a doação do banner das Unidades de Conservação para o evento. Por fim, Magda



anunciou que Letícia faria uma entrega muito aguardada: o documento oficial do Plano de Manejo da APA da Serra de Dona Francisca em sua versão impressa e encadernada, uma vez que a comunidade e os técnicos até então só tinham acesso ao arquivo digital no site. A consultora realizou a entrega formal do volume físico diretamente a Jovita, encerrando o momento sob os aplausos de toda a Plenária. O Presidente Jovita encerra esta pauta, passando para o próximo item. **9) Palavra**

Livre / Encerramento: O Secretário do Meio ambiente. Fábio Jovita consultou a mesa sobre a existência de inscritos para o momento do uso da Palavra Livre, confirmando que não havia nenhuma manifestação agendada. Na sequência, atendendo a um pedido da Gerente Magda Franco, o Secretário orientou o público sobre como acessar a programação ambiental do município, explicando que basta pesquisar pelas palavras-chave no site da prefeitura para ser direcionado ao [link](#) oficial com todas as informações, apresentações e o cronograma geral das atividades do "Junho Verde". Destacou o recorde de engajamento do evento, que conta com 129 projetos cadastrados, divididos entre iniciativas da Prefeitura de Joinville e propostas da Sociedade Civil Organizada. Entre as atrações, Jovita convidou a Plenária para a

tradicional caminhada ecológica, marcada para sábado, dia 20, com concentração às 8h em frente ao Mirante, no Morro do Boa Vista. Em tom bastante descontraído e arrancando risos do auditório, o Secretário brincou que faria a subida correndo até o Zoobotânico e depois ficaria descansando enquanto os demais desciam, acalmando o Público ao dizer que haveria ambulância de plantão para qualquer emergência. Para encerrar as brincadeiras, Jovita passou a responsabilidade atlética para o colega André, afirmando que este sim estava comprometido a correr o percurso inteiro e recomendando que os participantes o acompanhassem para garantir o sucesso da atividade. A Conselheira Terezinha Novaes, da UNIVILLE estendeu o convite a todos os presentes para as atividades do "Junho Verde" promovidas pela UNIVILLE. Ela destacou a forte parceria com a SAMA na construção da agenda e anunciou que a Universidade preparou uma série de ações especiais em seu Jardim Botânico, que incluirão a inauguração da Sala de Educação Sanitária e Educação Ambiental. A Conselheira convidou o público a acessar o site oficial da Univille para conferir a programação completa e fez um lembrete especial sobre um evento conjunto que ocorrerá na noite do dia 10, contando com a participação direta da SAMA, agradecendo a atenção de todos ao final. Jovita agradeceu à Conselheira, destacando que a Univille é uma parceira histórica do município e celebrando o início de mais um ano repleto de atividades ambientais integradas. Em seguida, diante da ausência de demais manifestações, o Secretário declarou formalmente encerrada às 12h00min a Reunião Conjunta dos Conselhos, sendo extraída a presente Ata, assinada pelo Presidente dos Conselhos, após aprovação dos demais Conselheiros. Desejando a todos um excelente dia e um ótimo feriado. O evento foi finalizado sob uma salva de palmas de todo o Auditório.

Fábio João Jovita

Presidente

COMDEMA - Conselho Municipal de Meio Ambiente

CMSB - Conselho Municipal de Saneamento Básico

Conselho Gestor APA Serra Dona Francisca

Magda Cristina Villanueva Franco

Presidente

Conselho Deliberativo RDS Ilha do Morro do Amaral

Guilherme Miozzo da Cunha

José Augusto de Souza Neto

Luiz Carlos da Silva Seixas

SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 02/07/2026, às 11:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **29728060** e o código CRC **3574C137**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br